

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O GIGANTE ASIÁTICO: ASPECTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS DA
ASCENSÃO CHINESA (2001-2007)**

Nathaly Silva Xavier

**PORTO ALEGRE
NOVEMBRO/2008**

NATHALY SILVA XAVIER

**O GIGANTE ASIÁTICO: ASPECTOS POLÍTICO-ECONÔMICOS DA
ASCENSÃO CHINESA (2001-2007)**

Monografia de graduação submetida como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais. Sob a
orientação do **Prof. Dr. André Moreira Cunha**.

**PORTO ALEGRE
NOVEMBRO/2008**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor André Moreira Cunha, pelas valiosas contribuições, pela atenção dispensada ao meu trabalho e, principalmente, por ter despertado em mim o amor pela pesquisa e pela carreira acadêmica.

Agradeço aos meus pais, pela confiança depositada em mim e por terem me ensinado o quão valioso é o conhecimento.

Por fim, agradeço ao Juordan, meu amor, pela compreensão durante os meses de elaboração deste trabalho e pelos inumeráveis momentos em que me auxiliou com seu olhar sobre as páginas já escritas. A ele dedico este trabalho.

“Its banks may collapse. Its poor and its minorities may rebel. Uppity Taiwan and lunatic North Korea may push China to war. The U.S. could slap taxes on everything China ships to us. Still, barring Mao's resurrection or nuclear cataclysm, nothing is likely to keep China down for long.”

Ted Fishman, “*The Chinese Century*”, New York Times Magazine, 4 July 2004.

“Os seus bancos podem quebrar. Os seus pobres e as suas minorias podem se rebelar. A arrogante Taiwan e a lunática Coréia do Norte podem levar a China à guerra. Os EUA poderiam impor impostos em tudo o que a China nos envia. Ainda assim, excluindo a ressurreição de Mao ou um cataclismo nuclear, é provável que nada consiga conter a China por muito tempo.” (Livre tradução da autora)

RESUMO

O desenvolvimento chinês e a sua ascensão como ator chave no sistema internacional é uma das principais questões nas relações internacionais atuais. As teorias de Paul Kennedy e John Mearsheimer destacam as modificações na esfera econômica que antecedem as alterações no equilíbrio de poder mundial e constituem importante ferramenta de análise para a trajetória chinesa. Do ponto de vista econômico, o seu crescimento acelerado, ainda que baseado em uma estratégia de industrialização que precisa ser revista, consolida o seu papel na economia internacional, ao mesmo tempo em que cria a necessidade de a China expandir suas relações em direção à América Latina e à África. O seu projeto de “desenvolvimento pacífico”, aliado a uma condução mais pragmática da sua política externa, norteiam a estratégia chinesa de inserção política internacional. Os crescentes gastos militares de Pequim colocam em dúvida as intenções pacíficas do país e alimentam a idéia da “ameaça chinesa”. O objetivo deste trabalho é analisar esses fatores político-econômicos da ascensão chinesa, e verificar em que medida tal ascensão altera a configuração de poder no sistema internacional.

Palavras-chave: ascensão pacífica; China; desenvolvimento econômico; sistema internacional.

ABSTRACT

The China's development and its rise as key player in the international system is one of the main issues in the international relations today. The theories of Paul Kennedy and John Mearsheimer highlight the modifications on economic sphere that precede the changes on the world power balance and constitute important tool to analyze the Chinese path. From the economic point of view, its accelerated growth, even if based on a strategy of industrialization that needs to be revised, consolidated its role on international economy, while also creating the need for China to expand its relations towards Latin America and Africa. Its "peaceful development" project, combined with a more pragmatic conduction of its foreign policy, guide the Chinese strategy of international politic insertion. The increasing military spending by Beijing put in question the peaceful intentions of the country and maintains the "China threat" idea. The purpose of this study is to analyze these political-economics factors of the China's rise and verify how this rise modifies the power configuration in the international system.

Key-words: China; economic development; international system; peaceful rise.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Organização das Forças Armadas da China.....	p.62
Figura 2: Competências Militares.....	p.64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação do PIB dos EUA e da China.....	p.70
Gráfico 2: Orçamento de Defesa Chinês.....	p.71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Média Anual de Crescimento Real do PIB: 1960-2007.....	p.31
Tabela 2: 10 Principais Importações Chinesas em 2007.....	p.43
Tabela 3: China: 15 Principais Produtos Importados da América do Sul 2004.....	p.47
Tabela 4: 5 Principais Importações Chinesas da África.....	p.52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 PERSPECTIVA TEÓRICA.....	16
2.1 O Movimento de Subida e Descida as Potências.....	17
2.1.1 Uma Visão Sobre a China.....	19
2.2 As Potências e o Realismo Ofensivo.....	20
2.2.1 A Teoria Realista.....	20
2.2.2 Mearsheimer e o Realismo Ofensivo.....	22
2.2.3 Prognósticos para o Século XXI.....	25
3 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	30
3.1 A Estratégia de Crescimento.....	32
3.1.1 Os 10º e 11º Planos Quinquenais.....	32
3.1.2 Desequilíbrios Atuais e a Estratégia de Industrialização.....	35
3.2 Ingresso na OMC: motivações e primeiros impactos.....	39
3.3 A Participação no Mercado Internacional e a Relação com os Emergentes.....	42
3.3.1 A América Latina.....	46
3.3.2 A África.....	50
4 ASPECTOS POLÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS.....	54
4.1 O Desenvolvimento Pacífico.....	54
4.1.1 Conceito e Aspectos Gerais.....	54
4.1.2 Reflexos no Sistema Internacional.....	58
4.2 A Questão Militar.....	61
4.2.1 O Exército de Libertação Popular (ELP): estrutura e comando.....	61
4.2.2 A Modernização do ELP, os Gastos Militares e a Ascensão Chinesa.....	65
4.3 A Estratégia Diplomática.....	72
4.3.1 Linhas Gerais da Política Externa e Ponto de Mudança.....	72
4.3.2 As Novas Ênfases da Política Externa Chinesa.....	75
5 CONCLUSÃO.....	80
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

A China é um país de dimensões continentais: com um território de 9,6 milhões de quilômetros quadrados, possui 22,8 mil quilômetros de fronteiras, fazendo divisa com 14 países¹. O país mais populoso do mundo, com 1,3 bilhão de habitantes, abriga mais de cinquenta etnias além da principal, a han, que corresponde a 91,5% da população (CHINA, 2007b). Sua diversidade cultural e geográfica, por si só, já a tornaria vasto objeto de análise dos mais diferentes campos de estudo. As razões para o interesse pela China, todavia, vão além: com raízes milenares, a China já foi palco de grandes impérios; proclamou a República Popular da China em 1949, um regime comunista, em meio a Guerra Fria, sem tornar-se esfera de influência do bloco soviético, com, inclusive, momentos de clara aproximação com os EUA; iniciou sua abertura e modernização econômica no final dos anos setenta, mantendo a esfera política nos braços fortes do Partido Comunista; resistiu ao colapso na União Soviética e ao isolamento internacional após o episódio da Praça Tiananmen, para, na metade da década de noventa, buscar a retomada de seu papel no cenário internacional, exibindo suas taxas de crescimento como prova do sucesso de sua política de abertura econômica que culminou com a entrada na OMC em 2001. Hoje, a China, um dos poucos países do mundo a manter um regime político comunista, resiste às críticas da comunidade internacional e responde à “ameaça chinesa”, com seu “desenvolvimento pacífico”, impondo-se como grande ator das relações internacionais atuais.

Nos últimos anos, a ascensão chinesa, mais acelerada, tem sido objeto de estudo de diversas áreas, e foco de atenção de grande parte dos países do mundo. Tal processo de ascensão envolve tanto aspectos políticos quanto econômicos, os quais se inter-relacionam e geram efeitos, muitas vezes, comuns. O desenvolvimento da China é, entretanto, visto primordialmente no seu âmbito econômico, fato que se justifica pelo crescimento econômico expressivo das últimas décadas. As questões econômicas, contudo, estão inseridas em um contexto político, e são influenciadas por ele, bem como também atuam como agentes modificadores da situação política. É relevante lembrar, em especial, o fato

¹ Ao leste, com a República Popular Democrática da Coreia; ao norte, com a Mongólia; ao nordeste, com a Rússia; ao noroeste, com o Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão; ao sudoeste, com o Afeganistão, Paquistão, Índia, Nepal e Butão, e ao sul, com o Mianmar, Laos e Vietnã. Dados da embaixada da China no Brasil.

de que o grande desenvolvimento econômico é um dos aspectos que legitima o poder do Partido Comunista Chinês. Em última instância, o projeto de ascensão pacífica da China é a grande força de coesão da população chinesa e de fortalecimento do governo.

Nas palavras de Vizentini (2007, p.84)

O país não apenas continua afirmando sua inserção mundial soberana (com seu próprio projeto nacional), o caráter inegociável de suas instituições político-sociais internas, como mantendo sua moeda, o Yuan, frente ao dólar. [...] Mais importante, entretanto, é que a economia do país conseguiu crescer 8% em 1998 e em 1999, em plena crise asiática. Neste contexto, percebe-se que a estratégia da China é ganhar tempo, fortalecendo sua economia, tecnologia e forças armadas. Mais uma ou duas décadas seriam necessárias para o país **consolidar-se internacionalmente de forma irreversível**, afirmando paralelamente a criação de um mundo **multipolar**. (grifo nosso)

Ao longo do trabalho, buscar-se-á investigar alguns aspectos políticos e econômicos do desenvolvimento chinês, tendo como objetivo analisar a possível ascensão chinesa à condição de potência e a conseqüente alteração na distribuição de poder mundial, tendo como base os pressupostos teóricos de Mearsheimer (2001) e Kennedy (1989). Dentre as questões políticas, partiremos do estudo do chamado “desenvolvimento pacífico chinês²”, que consiste na idéia de que o caminho seguido pela China, suas modernizações, o aumento de sua participação no comércio mundial e de sua importância nas relações internacionais não significam uma ameaça, ao contrário disso, a ascensão chinesa contribuiria para a paz mundial e o desenvolvimento do mundo como um todo (BIJAN, 2005; CHINA, 2007a). Como um contraponto a essa perspectiva pacífica, analisaremos os crescentes gastos militares, sua relação com a suposta estratégia de crescimento pacífico, bem como as características mais gerais do Exército da Libertação Popular (SAICH, 2004; CHINA, 2007a). Trataremos, ainda, da estratégia diplomática da China, abordando os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica firmados em 1954, e ainda muitos fortes em todas as diretrizes chinesas de política externa, e a mudança nos enfoques e na linha de condução da política externa chinesa a partir da década de noventa, com ênfase especial na importância da diplomacia econômica no que tange ao acesso a matérias-primas e recursos naturais (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

² Em alguns documentos oficiais é utilizado o termo “peaceful development road”, em outros “the development path to a peaceful rise”, ou ainda “China’s peaceful rise”. Os motivos a variação entre os termos será visto mais adiante.

No tocante aos aspectos econômicos, traremos uma visão geral da estratégia de crescimento chinês, partindo dos dois últimos Planos Quinquenais, bem como a possível necessidade de alteração no seu caminho de industrialização e a relação com os recursos energéticos e com outros problemas atuais, como o subdesenvolvimento do setor de serviços no país. (WU JINGLIAN, 2005,2006; BIJIAN, 2006; KORNBERG e FAUST, 2005). Analisaremos, ainda, os impactos mais gerais da entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a inserção internacional da China, sem, contudo, entrar em detalhes a respeito do processo de entrada (PANITCHPAKDI e CLIFFORD, 2002). Como uma questão secundária, investigaremos a relação da China com os mercados emergentes da África e da América Latina, importantes fornecedores de matérias-primas e energia e, conseqüentemente, parceiros de grande relevância para a China, bem como receptores crescentes dos investimentos chineses (TRINH; VOSS; DYCK, 2006; BLÁZQUEZ-LIDOY; RODRIGUEZ; SANTISO, 2006). Em relação à América Latina, o caso do Brasil receberá uma maior atenção.

É de nosso conhecimento que vários aspectos importantes, tanto do ponto de vista político quanto econômico, como é o caso da legitimidade do Partido Comunista Chinês e da necessidade de reformas financeiras no país, não serão abordados. Não pretendemos, com isso, ignorar a existência desses temas, tampouco minimizar a sua relevância. A ausência de tais assuntos justifica-se pelo objetivo do trabalho, que, embora abrangente, restringe-se a algumas questões mais específicas, as quais, a nosso ver, estão mais diretamente relacionadas com a inserção internacional da China.

O estudo justifica-se pela relevância que a China tem nas relações internacionais atuais, sendo uma das três grandes potências mundiais, ao lado de EUA e Rússia (MEARSHEIMER, 2001). A discussão sobre a ameaça do crescimento chinês e a postura de Washington em relação à Pequim é bastante atual, e está longe de chegar a um consenso, tornando o escopo do estudo de grande importância. A isso, soma-se o fato de que o processo de ascensão chinesa ainda está ocorrendo, e que se será ou não um processo pacífico é uma das principais questões nas relações internacionais atuais (KANG, 2007).

Além disso, as relações estreitas entre a China e a América Latina, em especial o Brasil, justificam o interesse no tema, e sua utilidade para a comunidade acadêmica. A

existência de relações econômicas crescentes entre o nosso país e a China, bem como o debate em torno dos prejuízos e benefícios que tais relações podem gerar, torna o trabalho também útil fora da academia, em especial para os setores empresariais e governamentais, carentes de análises menos empíricas e mais teóricas sobre o tema.

O objetivo central do trabalho é analisar alguns aspectos principais dessa ascensão político-econômica da China, a partir de 2001, e verificar se tal ascensão significa uma alteração na configuração do sistema internacional. O recorte temporal tem como base o ingresso da China na OMC, ocorrido em 2001, e que significou um dos ápices do processo de reforma econômica do país e de sua integração no sistema internacional de comércio (KORNBERG e FAUST, 2005). No mesmo ano, também ocorreram os Atentados de 11/09 nos EUA, que influenciaram fortemente as relações externas da China, especialmente com aquele país (KORNBERG e FAUST, 2005; SAICH, 2004). Evidentemente, não se pretende, com isso, afirmar que tal ascensão só iniciou-se em 2001, tampouco que esse processo já está concluído.

Como objetivo secundário, visaremos investigar as crescentes relações econômicas entre a China e os mercados africanos e latino-americanos, parceiros estratégicos importantes. O estudo justifica-se diante do fato de que as relações entre a China e os fornecedores de energia e matérias-primas são um dos principais focos da política externa chinesa e, portanto, constitui parte importante do projeto de ascensão pacífica.

O trabalho adotará como hipótese central, baseado nas teorias de Kennedy e Mearsheimer, a existência de uma alteração da configuração de poder econômico e político mundial, devido à ascensão chinesa. O desenvolvimento da China não pode ser entendido como uma questão isolada, pois está inserido em um contexto de alteração do sistema mundial, onde presenciamos a ascensão de um país que pode tornar-se um *hegemon* potencial, desafiando a hegemonia norte-americana, ainda que esta seja regional (MEARSHEIMER, 2001).

No que tange aos aspectos metodológicos, a relação entre poder econômico e poder político, bem como o modo pelo qual a força econômica influencia a força militar, é

de grande relevância para entendermos o desenvolvimento chinês. Para isso, nos valeremos de dois estudos principais, o de Kennedy (1989) e o de Mearsheimer (2001). O primeiro, em sua obra *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, trata da maneira como as grandes potências ascenderam ao poder, e como decaíram, enfatizando a situação econômica durante ambos os processos, e como esta refletia no poder militar dos Estados. Mearsheimer, um dos mais importantes teóricos do realismo ofensivo das relações internacionais, explica como a lógica da busca de poder está relacionada com as relações estatais.

O trabalho valer-se-á da análise de documentos oficiais do governo chinês, especialmente os referentes ao processo de ascensão pacífica e aos gastos militares, buscando evidenciar os aspectos que demonstram que a ascensão chinesa constitui um projeto das lideranças do Partido Comunista. Aliada a essa a análise, está uma revisão bibliográfica, que visa investigar o conhecimento acadêmico já desenvolvido acerca do assunto escolhido, principalmente nas questões econômicas. Juntamente, serão consideradas as principais diretrizes dos dois últimos Planos Quinquenais, o 10º e o 11º, correspondentes ao período analisado.

Além disso, para comprovar a inserção econômica e política da China, utilizaremos dados estatísticos de institutos e agências internacionais, tais como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), além dos dados oficiais do National Bureau of Statistics of China. No tocante às questões militares, empregaremos os dados, primordialmente, do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), e de fontes adicionais.

O trabalho será dividido em três capítulos além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo versará sobre o marco teórico que norteará o trabalho, quais sejam as teorias de John Mearsheimer e Paul Kennedy. A divisão dos demais capítulos dá-se de acordo com a perspectiva teórica do trabalho; apresentaremos, portanto, primeiro os aspectos econômicos, e em seguida, os políticos. O segundo capítulo, desta forma, é destinado aos aspectos econômicos da dita ascensão pacífica da China. O terceiro capítulo, por sua vez, tratará dos aspectos políticos relacionados ao processo de ascensão chinesa.

O processo de ascensão e queda das potências é objeto de análise de diversos autores. O trabalho valer-se-á, principalmente, da obra *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1989), de Paul Kennedy, e da teoria do realismo ofensivo de John Mearsheimer. Uma primeira seção abordará a teoria de Kennedy e sua visão sobre a China. Uma visão geral da teoria realista, bem como bases do realismo ofensivo e os prognósticos de Mearsheimer sobre a China serão tratados na segunda seção. Ambas levam em consideração os acontecimentos históricos e relacionam o poder econômico e o poder militar. São, portanto, bastante adequadas como referencial teórico para a análise do processo de ascensão chinesa e da possível alteração no sistema internacional que tal processo resultará.

O segundo capítulo versará sobre os aspectos econômicos do desenvolvimento chinês, e está dividido em três seções. A primeira seção aborda a estratégia de crescimento chinês, em especial o modelo de industrialização, com base na literatura e na análise dos dois últimos Planos Quinquenais, e alguns problemas atuais frutos dessa estratégia de industrialização. Os impactos gerais da entrada na OMC para a inserção internacional da China serão tratados na segunda seção. Por fim, são analisadas as relações da China com os mercados emergentes da África e da América Latina, notadamente no que se refere às importações africanas e latino-americanas para a China e aos investimentos chineses nessas duas regiões, sem, contudo, entrar-se na questão da concorrência das exportações.

O último capítulo está dividido em três seções, correspondentes aos três aspectos políticos que serão investigados: o projeto de desenvolvimento pacífico, a questão militar e a estratégia diplomática. A primeira seção será voltada para a análise do documento *China's Peaceful Development Road* (2005) e da visão da literatura acerca do fato, além dos impactos gerais no sistema internacional. A estrutura e modernização do Exército da Libertação Popular e os crescentes gastos militares da China serão tratados na segunda seção, juntamente com a sua relação com a ascensão pacífica. A última seção é destinada a análise das bases da política externa chinesa e o seu papel na estratégia de crescimento.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA

As mudanças no equilíbrio de forças e, conseqüentemente, de poder no cenário internacional é objeto de análise de diversos autores. A forma como os Estados³ de maior poder relacionam-se, pacificamente ou não, em última instância é o que determina a estrutura das relações internacionais como um todo, influenciando as relações dos demais países entre eles e com as potências. Tal campo de análise, contudo, é bastante complexo, tendo em vista diversidade de enfoques que podem ser adotados e a variedade de aspectos a serem considerados quando se visa examinar o grau de poder de determinado Estado.

Neste trabalho, adotaremos as teorias que têm como base a relação entre as forças econômicas e as forças militares para determinar o poder de um Estado. A adoção desta perspectiva, todavia, não resulta na desconsideração de outras abordagens, tampouco na defesa de que apenas as forças econômicas e militares são relevantes para a análise. O que se pretende é privilegiar essas duas variáveis como principais, sem, contudo, ignorar outros fatores, como a estrutura política do país.

Dentre as diversas teorias que adotam a perspectiva teórica citada, dois autores são de maior relevância para o trabalho: Kennedy (1989) e Mearsheimer (2001). O primeiro, em sua obra, trata da maneira como as grandes potências ascenderam ao poder, e como decaíram, enfatizando a situação econômica durante ambos os processos, e como esta refletia no poder militar dos Estados⁴. Mearsheimer, um dos mais importantes teóricos do realismo ofensivo das relações internacionais, busca explicar como a lógica da busca de poder está relacionada com as relações estatais. Uma análise mais detalhada desses dois autores é feita nas seções que seguem.

³ O conceito de Estado utilizado neste trabalho é o de Estado como ator doméstico e internacional, definido por Halliday (1999). Segundo essa definição, “O Estado compete com os outros Estados para mobilizar recursos internamente e usa o seu papel internacional para consolidar a sua posição domesticamente” (Halliday, 1999, p.98)

⁴ Outros autores também trataram da ascensão e queda das potências, como, por exemplo, Robert Gilpin, *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981; e Jose Luis Fiori. *O Poder Americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

2.1 O Movimento de Subida e Descida das Potências

O estudo da história feito por Kennedy em seu livro *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1989) é bastante rico ao demonstrar como as grandes potências, a partir de 1500, chegaram a tal posto, e que fatores condicionaram sua queda. O fato de que grande parte dessas mudanças tenha ocorrido através de conflitos armados é uma das principais conclusões do autor, ou seja, o poder militar e, conseqüentemente, os recursos econômicos, são determinantes da vitória ou do colapso de uma potência. Não significa, contudo, que a situação da nação em tempo de paz não seja relevante, ao contrário, considera essas observações tão importante quanto à do conflito em si.

A teoria adotada por Kennedy (1989, p. 1) parte do princípio de que:

A força relativa entre as principais nações no cenário mundial nunca permanece constante, principalmente em virtude da taxa de crescimento desigual entre as diferentes sociedades, e das inovações tecnológicas e organizacionais que proporcionam a uma sociedade maior vantagem do que a outra.

É preciso ter em mente, portanto, que não estamos lidando com situações estáticas e que, sendo assim, não é possível fazer previsões seguras, pois as condições analisadas para determinada previsão podem não ser mais verdadeiras. Há, deste modo, uma busca permanente das nações por adquirir vantagens sobre as demais, vantagens essas, que podem apresentar-se de diferentes formas, e trazer diferentes mudanças para o equilíbrio de poder. Esses fatores tornam o sistema internacional⁵ extremamente dinâmico, e bastante instável, do ponto de vista do equilíbrio de forças entre as potências.

As condições econômicas condicionam, em grande medida, outros fatores de poder de uma nação, em especial o poder militar⁶. Para Kennedy (1989), quanto maior a capacidade produtiva de uma nação, maior capacidade de sustentar gastos com

⁵ Para os fins desse trabalho, utilizaremos a seguinte definição de sistema internacional: “International system refers to a unity of opposites where various international actors interplay and also refers to a relatively stable order that contains rules, regimes, shared values and directions.” (JIEMIAN, 2008) “Sistema internacional refere-se a uma unidade de oposições, na qual vários atores internacionais relacionam-se, e também se refere a uma ordem relativamente estável, que contém regras, regimes, valores estabelecidos e direções” (Livre tradução da autora)

⁶ Carr (1981) também faz essa relação e argumenta, inclusive, que a expressão “potencial de guerra”, nada mais é do que poder econômico, ou seja, o quanto a economia de determinado Estado pode arcar com os gastos de um conflito.

armamentos e abastecimento de exércitos em tempos de guerra. Da mesma forma, um maior poder militar garante maiores possibilidades de adquirirem-se riquezas. O autor, todavia, faz duas ressalvas: caso o país concentre demais suas riquezas nos fins militares, pode enfraquecer seu poder nacional, e caso exceda-se em suas conquistas territoriais, pode elevar demasiadamente seus gastos, superando as vantagens da expansão. A estratégia adotada por um país para fortalecer-se deve ser bastante equilibrada e, tendo em vista a já citada dinâmica do sistema, adaptar-se as novas condições que surgem, sejam devidas as mudanças nas outras potências, sejam devidas as próprias mudanças do país. Não há nada que garanta, portanto, que conquistar novos territórios ou qualquer outro tipo de expansão seja a melhor estratégia a seguir por todos os países em todos os momentos. A administração do poder e as formas de aumentá-lo exige estratégias bem mais requintadas e complexas, não se limitando a visões lineares e simplistas como a de que mais território significa mais poder.

Ao estudar um período tão significativo da história, Kennedy (1989) tira algumas conclusões, que não podem servir como regras, mas que servem como base para análise de possíveis comportamentos dos países quando estão ascendendo ou decaindo. A primeira conclusão relaciona-se com a situação do sistema internacional nos momentos anteriores a uma mudança de poder, ou seja, a queda de uma potência e a ascensão de outra; em grande parte dos casos, há uma variação nos equilíbrios econômicos e produtivos, dito de outra maneira, as alterações na economia antecipam as alterações político-militares. Também relacionando poder econômico e militar, o autor observa que a ascensão e queda econômica, no longo prazo, estão ligadas ao poder militar; essa relação, vale dizer, ocorre com certo intervalo de tempo, normalmente a força econômica vem antes da força militar. Mais uma vez, as alterações na esfera econômica, seja do país, sejam do sistema internacional como um todo, são bastante relevantes para se entender as futuras mudanças político-militares. Por fim, Kennedy ressalta que há, via de regra, uma ligação entre o resultado de grandes guerras de coalizão e a quantidade de recursos disponíveis para cada um dos lados.

2.1.1 Uma Visão Sobre a China

Ainda que a obra de Kennedy (1989) seja anterior à ascensão mais vertiginosa da China, ele faz algumas previsões, baseado nos acontecimentos históricos, sobre as principais nações e suas possíveis ascensões, entre elas, a China. O crescimento econômico do país é, normalmente, o principal indicador do seu potencial, e Kennedy também, mais uma vez, utiliza-se desse fator. As reformas implementadas desde de 1978 são um aspecto bastante positivo, e são comparadas, pelo autor, à França de Colbert; dito de outra maneira, ele vê na China uma nação com uma estratégia pragmática de desenvolver-se e aumentar seu poder em todas as esferas(KENNEDY, 1989).

A modernização do exército e o incremento da tecnologia nuclear são outras questões bastante relevantes. O desenvolvimento do Exército de Libertação Popular, o qual também inclui a marinha a aviação, com a qualificação do contingente através de treinamentos, e a modernização dos equipamentos é outro indício da ascensão chinesa. Kennedy (1989) também já previa uma necessidade de aumento dos gastos chineses com a militarização, fato que se comprova atualmente com os gastos militares respondendo por uma parcela cada vez maior do PIB chinês.⁷

Para Kennedy, o fato de a China preocupar-se inicialmente com o fortalecimento econômico, e tendo o cuidado de não negligenciar outras áreas em favorecimento dos gastos militares excessivos, é uma grande característica da estratégia chinesa e constitui um dos fatores que fazem dela uma possível potência em ascensão. Fortalecer a economia para que ela possa sustentar o fortalecimento militar é um dos aspectos que diferencia a China, e a torna forte candidata a potência.

⁷ No último ano, os gastos do país com militarização corresponderam a 6.9% das despesas nacionais e a 1,4% do PIB. (People's Daily Online, mar/2008)

2.2 As Potências e o Realismo Ofensivo

2.2.1 A Teoria Realista

O realismo ofensivo é uma das correntes da teoria realista de relações internacionais. Juntamente com o liberalismo são as duas grandes escolas teóricas de relações internacionais, e constituem a matriz de diversas outras correntes, que divergem em alguns enfoques ou aspectos, mas têm uma dessas duas teorias como base.

A teoria realista, considerada a teoria dominante nas relações internacionais, tem sua origem mais remota nas obras de Maquiavel⁸ e Hobbes, com a idéia do estado de natureza e do aspecto conflituoso dos homens. Mais contemporaneamente, Max Weber, também contribuiu para o pensamento realista, adicionando a separação entre o poder e a moral, e o conceito de que deve ser do Estado o monopólio da violência. A utilização da doutrina da *raison d'état*, de origem francesa, é comum a diversos autores, e traz a idéia de que os interesses do Estado devem ser privilegiados. (DUNNE e SCHMIDT, 2004)

Ao contrário dos liberais, os realistas são pessimistas e, apesar de admitirem que um mundo pacífico seja desejado por todos, não acreditam que seja possível evitar as guerras e conflitos por poder e segurança, fato comprovado pela história das relações internacionais (MEARSHEIMER, 2001). Além disso, o desejo de um governo internacional seria impossível, já que o poder, condição essencial para o governo, está organizado nacionalmente (CARR, 1981).

Entre as premissas básicas do realismo, está o papel central dos Estados, que constituem a unidade essencial de análise e são, para todas as correntes realistas, os principais atores do cenário internacional. A idéia do Estado como ator chave, associada à visão anárquica⁹ do sistema internacional, compõem o núcleo da escola realista. Outra questão relevante é a defesa de que não existem princípios morais universais, e que as

⁸ Segundo Carr (1981, p.69), os princípios básicos do realismo foram abordados por Maquiavel, e seriam: a histórica como um seqüências de causa e efeito; a teoria advém da prática, e não o contrário; e a ética é uma função da política, ou seja, a moral é produto do poder.

⁹ Por sistema internacional anárquico entende-se a inexistência de um governo ou instituição supranacional que regule a atuação dos Estados, a exemplo do que ocorre na ordem interna, onde o Estado regula a ação dos indivíduos.

ações estatais não devem ser julgadas sob os mesmos princípios éticos e morais que se julgam os indivíduos. Os Estados devem estar preocupados com a sua sobrevivência e seguir tais princípios, em muitos casos, seria atentar contra sua própria segurança¹⁰. (DUNNE e SCHMIDT, 2004)

Para Dunne e Schmidt (2004), podemos identificar os três elementos básicos de realismo como estadismo, sobrevivência e auto-preservação. Por estadismo, entende-se o reconhecimento dos Estados soberanos como atores principais das relações internacionais, associado à condição anárquica do sistema internacional. A sobrevivência deve ser o principal objetivo dos Estados, e é, segundo Waltz (2002, p. 130), um pré-requisito para alcançar qualquer outro objetivo. É nesse ponto que entra a questão da ética; ainda que os realistas não reconheçam princípios morais universais, defendem que atos ditos imorais podem ser feitos, desde que para um bem maior. Evidentemente, é muito subjetivo determinar até que ponto uma ação estatal supostamente imoral justifica-se pela sobrevivência e preservação da soberania do Estado. Por fim, a auto-preservação é bem ilustrada pelo dilema da segurança, definido por Waltz (2002) como a situação em que, os Estados, por estarem incertos a respeito da intenção dos demais Estados armam-se, gerando a mesma insegurança nos outros Estados e criando, assim, um círculo vicioso.

Mearsheimer (2001) complementa esses elementos com a idéia de que o comportamento das grandes potências é condicionado pelo ambiente externo, pela estrutura do sistema internacional, e não pelas condições internas. Além disso, acentua a questão de que os Estados competem por poder, e que esta competição, muitas vezes, chega à guerra.

A teoria realista, apesar de ter princípios básicos gerais, pode ser dividida em dois grandes tipos: o realismo clássico e o realismo estrutural (DUNNE e SCHMIDT, 2004; MEARSHEIMER, 2001). O realismo clássico argumenta que é o comportamento dos Estados no sistema internacional é um reflexo da natureza do homem, que busca sempre mais poder, e que essa busca por mais poder é conflituosa. Já o realismo estrutural, ao contrário, acredita que essa disputa por poder não está relacionada com natureza do

¹⁰ Maquiavel (2005, p. 97) já defendia tais argumentos: “[...] isto porque, se se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam a ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.”

homem, mas com a estrutura do sistema internacional, onde não existe uma autoridade supranacional e a distribuição de poder entre os Estados é desigual. Dentro do realismo estrutural, há ainda uma divisão entre o realismo defensivo e o realismo ofensivo. No realismo defensivo, os Estados maximizam a segurança antes do poder, e que, sendo o poder a forma mais eficiente de se garantir a sobrevivência em um sistema anárquico, os Estados competem por mais poder, mas apenas o suficiente para manter o equilíbrio da balança de poder (MEARSHEIMER, 2001). O realismo ofensivo será tratado a seguir.

2.2.2 Mearsheimer e o Realismo Ofensivo

A teoria do realismo ofensivo utilizada por Mearsheimer no seu livro *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), assim como o realismo defensivo, considera que os Estados estão preocupados com a sua sobrevivência, e que o poder é a melhor forma de garanti-la. Ao contrário dos realistas defensivos, todavia, os realistas ofensivos entendem que os Estados visam cada vez mais poder, isso porque a estrutura do sistema internacional cria condições que estimulam os Estados a ganhar mais poder que seus rivais. O objetivo último dos Estados não é manter o equilíbrio da balança de poder, mas tornar-se o *hegemon* do sistema.

Mearsheimer (2001) foca sua análise no comportamento das grandes potências, baseando-se em fatos históricos, e justifica seu enfoque no impacto que a ação de tais atores tem nas relações políticas internacionais. Para o autor, para ser uma grande potência “[...] a state must have sufficient military assets to put up a serious fight in an all-out conventional war against the most powerful state in the world.”¹¹ Evidentemente, o poder nuclear, atualmente, faz parte desses recursos militares, e pode ser determinante no estabelecimento da condição de potência.

Para o realismo ofensivo, a questão mais relevante para a análise é a estrutura do sistema internacional; são questões estruturais, como a distribuição de poder, que irão determinar o comportamento dos Estados. Determinantes internos, como o fato de o país

¹¹ “[...] um estado deve possuir recursos militares suficientes para colocar-se em um conflito em uma guerra convencional de máxima força contra o estado mais poderoso no mundo.” Livre tradução da autora.

ser uma democracia ou estar sob um regime autoritário, estão em segundo plano, e, nada obstante também tenham influência no comportamento do Estado, não são, em um primeiro momento, objeto de análise da teoria. Tal concepção ficou conhecida como *black box*, e é característica das teorias sistêmicas¹².

Mearsheimer (2001) elenca cinco pressupostos para o desenvolvimento de sua teoria. O primeiro é uma das bases da teoria realista, e já foi analisado anteriormente, qual seja, a condição anárquica do sistema internacional. O segundo pressuposto é de que as grandes potências possuem capacidade militar ofensiva e que tal capacidade permite que elas agridam e talvez destruam umas as outras. Em outras palavras, os Estados representam ameaças e são ameaçados. Em terceiro, está a incerteza das intenções dos demais Estados, questão que também já foi abordada, o dilema da segurança. O quarto pressuposto também é uma das suposições básicas do realismo, os Estados buscam como principal objetivo a sua sobrevivência, ou auto-preservação; as potências visam manter sua integridade territorial e sua autonomia, ou seja, a sua soberania. Por fim, está o pressuposto de que os Estados são atores racionais, e preocupam-se mais com os efeitos de longo prazo do que as conseqüências mais imediatas.

Baseado nesses pressupostos, Mearsheimer (2001) defende que os Estados tendem a atuar de forma agressiva, resultando um comportamento fundamentado no medo, na auto-preservação e na maximização de poder. A situação de incerteza a cerca do comportamento dos Estados é agravada pela inexistência de um poder central que possa punir possíveis agressões, ou prevenir o desenrolar de um conflito armado¹³. Tendo em vista essa estrutura do sistema internacional, a melhor forma dos Estados garantirem sua sobrevivência é aumentar o seu poder, em especial sua força militar. Ressalte-se, mais uma vez que, para o realismo ofensivo, a busca por maximização do poder só terminará quando o Estado alcançar o status de *hegemon*¹⁴.

¹² Sobre as teorias sistêmicas e o conceito de *black box*, ver Waltz (2002).

¹³ Cabe ressaltar que os realistas não reconhecem que as organizações internacionais de fato atuem como entidades supranacionais. Ainda que reconheçam a existência de organismo como a ONU, são céticos quanto à possibilidade de uma potência submeter-se a resoluções que sejam contra os seus interesses.

¹⁴ O conceito de *hegemon* é: um Estado tão poderoso que possa dominar qualquer outro Estado no sistema, e contra o qual nenhum outro Estado pode atentar militarmente. Pode-se, ainda, fazer a distinção entre *global hegemon*, o qual domina o mundo, e *regional hegemon*, que domina determinada região (Mearsheimer, 2001, p. 40).

O poder é dividido por Mearsheimer (2001) em dois tipos, o potencial e o atual. Tal divisão é de grande interesse para o nosso estudo, tendo em vista que a China é vista como uma potencial desafiadora ao poder norte-americano e à configuração de poder mundial. O poder potencial depende da população e do PIB do país, devido ao fato de que ambos são as bases da construção de um poder militar. O poder atual é, essencialmente, o seu exército¹⁵. Em outras palavras, é o poder latente e o poder militar. O primeiro será examinado a seguir.

O poder latente está relacionado com as condições sócio-econômicas do país, constituindo o que Mearsheimer (2001) chama de balança de recursos¹⁶. São os recursos que o estado tem disponível para construir sua força militar. As duas condições principais, como já foram citadas, são a população e o PIB. Uma grande população¹⁷ é um requisito básico para o desenvolvimento de um grande exército, que, por sua vez, é condição para ascensão ao status de potência. Além disso, uma população significativa também interfere no desempenho econômico, visto que significa uma maior força de trabalho. A riqueza de um país, ou mais especificamente o seu PIB, condicionam a capacidade do país de adquirir armas, desenvolver tecnologia, treinar contingente e manter suas forças armadas. Além disso, é preciso levar em consideração que esses custos aumentam significativamente caso o país entre em conflito. Mearsheimer (2001), todavia, utiliza apenas a riqueza para medir o poder latente de um Estado, isso porque, segundo ele, a população está implícita nessa medida, ao passo que analisar a população isoladamente pode dar uma falsa impressão¹⁸. Um dos indicadores mais comuns para se avaliar a economia de um país é o PIB, mas Mearsheimer (2001) ressalta que nem sempre é a melhor alternativa; ele só é eficiente quando usado para comparar países no mesmo estágio de desenvolvimento. Sendo assim, o autor defende que o PIB não é um bom indicador para a China, devido a sua grande população rural, destaca, entretanto, que os limites da utilização desse indicador para tal país estão diminuindo ao passo que a população rural também diminui.

¹⁵ Nesse sentido, vale fazer a ressalva de que Mearsheimer acredita que, ainda hoje, a conquista e o controle de territórios, é o principal objetivo dos Estados territoriais. O poder nuclear, portanto, seria secundário na definição de quanto poder o Estado possui.

¹⁶ Numa referência ao conceito de balança de poder.

¹⁷ Tal definição é bastante forte, pois exclui a possibilidade de um Estado pequeno, ou com uma população pequena tornar-se uma potência.

¹⁸ Um país com uma grande riqueza implica uma grande população, mas nem sempre países com grandes populações são ricos.

O conceito de poder latente é de grande valia para o nosso estudo, pois nos permite fazer uma análise das possibilidades efetivas que a China tem de ascender como uma potência e de desafiar o poder norte-americano. O fato de a China apresentar um desempenho econômico espetacular, a maior população do mundo, e estar aumentando seus gastos militares é bastante condizente com a idéia de Mearsheimer. Existe, nada obstante, o que o autor chama *gap* entre o poder latente e o poder militar, ou seja, nem sempre os recursos econômicos de um país traduzem seu poder real. Isso pode ocorrer devido a três fatores: o percentual da riqueza que o país utiliza para sua força militar pode variar, a eficiência dessa utilização nem sempre é a melhor, e existem diferentes formas de força militar. Não nos parece, entretanto, que o caso da China figure entre essas alternativas, isso porque, como já foi dito, a China vem aumentando seus gastos militares, além de estar modernizando seu exército, como será analisado mais tarde.

Após essa análise dos principais pontos da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer, e de como ela relaciona-se com a ascensão chinesa, podemos passar para a investigação mais específica que o autor faz da estrutura de poder mundial no século XXI, e, mais especificamente, da China.

2.2.3 Prognósticos para o Século XXI

O autor ainda utiliza sua teoria para efetuar previsões sobre o comportamento das grandes potências no século XXI e as possíveis configurações do sistema internacional. Segundo Mearsheimer (2001), fazer prognósticos é uma excelente forma de verificar a eficiência de uma teoria, e o quão ela corresponde aos fatos reais e históricos¹⁹.

De acordo com Mearsheimer (2001), a configuração de poder na qual se encontra o sistema internacional é bastante instável, e a tendência é que ela não permaneça assim por muito tempo. É relevante lembrara que, para o autor, os sistemas mais estáveis são os bipolares, enquanto os mais instáveis são os multipolares onde há alguns Estados mais poderosos, e um deles é um *hegemon* potencial, também chamado de multipolar assimétrico; entre os dois está o multipolar equilibrado, onde nenhuma das potências é um

¹⁹ Halliday (1999) compartilha dessa visão, afirmando que, em relações internacionais, uma teoria se testa pelo seu poder explicativo, e não pelo seu distanciamento metodológico.

hegemon potencial. A estabilidade dos sistemas bipolares dá-se devido à concentração de poder, e dos altos custos para ascender como potência. Além disso, há um menor risco de que os cálculos estejam enganados, ou seja, os Estados tem uma noção bastante clara do poder do outro e de sua capacidade militar. Já na multipolaridade assimétrica, o poder tende a ser distribuído de maneira desigual entre as potências, há uma maior possibilidade de um cálculo errado, e existe um Estado que tem pretensões de tornar-se um *hegemon*, com uma capacidade significativa de atacar outros Estados.

A configuração do sistema de poder no final do século XX, início do século XXI, para Mearsheimer (2001), não pode ser analisada globalmente. Embora se tenha a tendência a analisar o sistema internacional como unipolar, onde os EUA, tendo saído “vitorioso” da Guerra Fria, seria a grande potência, Mearsheimer tem uma visão diferente. Para o autor, os EUA é um *hegemon* regional, e não global. Ainda que ele seja o único *hegemon* regional, e o Estado mais poderoso do mundo, ele não é um *hegemon* global; existem, pelo menos, outras duas grandes potências, a China e a Rússia (Mearsheimer, 2006). Os EUA dominam o hemisfério Ocidental, e, mesmo exercendo influência em várias partes do mundo, não dominam todas as regiões.

A Europa apresenta uma estrutura de poder bipolar, na qual a Rússia e os EUA são as grandes potências, e, como já foi dito, tende a se manter estável. Já o Nordeste Asiático tem uma configuração multipolar: China, Rússia, e EUA. Para Mearsheimer (2001, 2006), aí reside a maior probabilidade de mudança na configuração de poder do sistema. A China é, segundo o autor, a principal potência rival dos EUA na região.

Mearsheimer (2001) faz previsões tanto para a Europa, quanto para o Nordeste Asiático, mas são de nosso interesse apenas as segundas. Parte-se do pressuposto de que os dois outros possíveis candidatos a *hegemon* potencial, Japão e Rússia, não preenchem os pré-requisitos²⁰, e que, portanto, a China seria a única potência da região capaz de se tornar um *hegemon* potencial. Em outras palavras, para se fazer uma previsão da estrutura de

²⁰ O Japão, embora seja um país rico, tem uma população muito inferior a da China. Já a Rússia, além de ter uma população menor do que a Chinesa, tem um desenvolvimento econômico bem inferior aos demais. Ou seja, nem Japão, nem Rússia teriam poder latente suficiente para construir um poder militar capaz de combater a China.

poder na região e dos possíveis efeitos para a estrutura de poder mundial, é necessário focar a investigação na China.

Sendo o desempenho econômico o principal indicador do poder latente, é evidente que Mearsheimer valha-se do crescimento econômico para analisar a ascensão chinesa. Existem, então, segundo o autor, duas possibilidades para o futuro da região. Se a China reduzir seu ritmo de crescimento, ela não se converterá num *hegemon* potencial. Nesse caso, o Japão provavelmente substituirá o EUA como potência na região, mantendo uma estrutura de multipolaridade equilibrada. Em um segundo cenário, a China mantém o seu crescimento acentuado, tornando-se um *hegemon* potencial. Para o autor, se a China mantiver seu ritmo de crescimento pelas próximas décadas, ela provavelmente se tornará mais rica que o Japão e até mesmo que os EUA. Nessa situação, nem mesmo EUA e Rússia juntos teriam força para conter a China, pois, sendo a nação mais rica da Ásia, ou mesmo do mundo, aliado a sua população, a China poderia construir um exército poderoso, ou seja, transformar poder latente em poder militar; além disso, teria recursos para obter um arsenal nuclear significativo. A estrutura do Nordeste Asiático passaria então para a multipolaridade assimétrica, a configuração mais instável. O crescimento econômico chinês e o aumento com os gastos militares contradizem os discursos oficiais de ascensão pacífica, como será investigado adiante, e fazem desse segundo cenário uma opção plausível.

É bastante claro que, se tal mudança de fato ocorrer, como indica o atual desenvolvimento da China, um enfrentamento entre EUA e China é bastante possível. Tendo em vista que, um *hegemon* regional não deseja o surgimento de outro, e que os Estados irão buscar a maximização de poder até tornarem-se o *hegemon* global, as relações EUA-China tendem a ser conflituosas.

A análise de Mearsheimer (2006, p.160-62) é bem clara em relação à ascensão chinesa e ao futuro das relações China-EUA:

Can China rise peacefully? My answer is no. If China continues its impressive economic growth next few decades, the United States and China are likely to engage in an intense

security competition with considerable potential for war. [...] China is likely to try to dominate Asia the way the United States dominates the Western Hemisphere.²¹

A idéia de que a ascensão chinesa é um fato inevitável também é compartilhada pela tese de Kaplan, apresentada por Arrighi (2008), a qual defende que estamos em uma “nova Guerra Fria”, e que a China seria um adversário bem mais difícil do que foi a União soviética.

Evidentemente, a idéia de que se a China mantiver seu ritmo de crescimento, ela se converterá em uma potência militar e ascenderá como *hegemon* não é compartilhada por todos. Em artigo recente de Brzezinski e Mearsheimer (2005), o primeiro autor opõe-se a tal visão, confrontando-se com Mearsheimer e defendendo que a China não tem pretensões hegemônicas, como afirmam os realistas. Para ele, a ascensão chinesa é sim pacífica, não é uma ameaça aos EUA, e tem um cunho estritamente econômico. Kang (2007) também não acredita que a China seja uma ameaça militar aos EUA, também enfatizando a importância econômica, não só da relação dos dois países como da presença norte-americana na região asiática. Não se pretende, portanto, com esse estudo, afirmar que tais perspectivas estão erradas. A adoção de perspectivas contrárias justifica-se pelo entendimento de que essas são mais adequadas para a análise proposta pelo trabalho.

O emprego da teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer para a análise da ascensão chinesa é bastante condizente, tendo em vista que a China tem uma postura bastante realista na condução de sua política externa, a exemplo de suas diversas disputas territoriais, sejam elas históricas, como a contra Índia, sejam contemporâneas, como a disputas pelas ilhas Paracel e Spratlys, no Mar da China Meridional, e na sua visão dos EUA e do Japão como inimigos potenciais, preocupando-se com as alianças e a presença dos EUA na região (MEARSHEIMER, 2001). A estratégia chinesa de buscar vantagens nas mudanças da estrutura internacional, aumentando sua influência, também vai ao encontro da teoria realista (KORNBERG e FAUST, 2005).

²¹ “A China pode ascender pacificamente? Minha resposta é não. Se a China mantiver seu impressionante crescimento econômico nas próximas décadas, os EUA e a China provavelmente entrarão em uma intensa competição de segurança com um considerável potencial de guerra. [...] China provavelmente tentará dominar a Ásia da mesma maneira que os EUA domina o Ocidente.” Livre tradução da autora.

Da mesma maneira, a relação entre poderes econômico e militar, feita tanto por Mearsheimer (2001) quanto por Kennedy (1989), parece-nos bastante apropriada para analisar o desenvolvimento chinês, tendo em vista que seu expressivo crescimento econômico, aliado aos seus crescentes gastos militar, representa aspectos centrais da postura e importância chinesa no cenário internacional. Nesse sentido, Xueting (2006) ressalta que a China, dentre os países que estariam no seu patamar²², é a que possui um maior equilíbrio entre o poder econômico, o poder militar e o poder político. Constituindo, assim, a principal candidata a *hegemon*.

²² Para o autor seria Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha.

3 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O expressivo desenvolvimento econômico²³ da China atual tem suas raízes em 1978, quando Deng Xiaoping iniciou o processo de reformas econômicas, voltadas para uma abertura gradual, através de uma política orientada para a exportação. Ao longo da década de oitenta, essa abertura gradual manteve-se e intensificou-se com o início do processo de retorno da China ao GATT²⁴, fato que só ocorreu em 2001, quando a China tornou-se membro da OMC. A abertura da economia chinesa para o mundo deu-se de maneira gradativa, com o estabelecimento de zonas econômicas especiais (ZEE) em quatro cidades costeiras, Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, garantindo um aumento das exportações, tornando essas regiões mais dinâmicas economicamente, atraindo investimentos externos e aumentando a relação da China com o resto do mundo. (WU JINGLIAN, 2005)

O investimento direto externo (IDE) na China aumentou significativamente com a abertura, especialmente os advindos do Leste Asiático. Nada obstante os investimentos sejam importantes formas de relação da China com o exterior, a estratégia de abertura tem como base as relações de comércio. As medidas iniciaram-se no final da década de setenta, e incluíram, ao longo dos anos, a transferência de alguns direitos de comércio, antes restritos ao governo central, para os governos locais, incluindo aprovar o estabelecimento de indústrias; a garantia às empresas dos direitos de comércio de seus produtos e matérias-primas; e a diminuição de barreiras não tarifárias, especialmente, as quotas de importação e as licenças. Aliados a essas medidas, houve uma redução tarifária²⁵, uma reformulação do sistema de controle de câmbio, e uma mudança nas tarifas pra os produtos exportados. (WU JINGLIAN, 2005)

O sucesso das reformas econômicas é evidente, e fica ainda mais claro se olharmos as médias da taxa de crescimento do PIB antes e após as reformas (Tabela 1).

²³ Ao tratar das dimensões da economia chinesa e de seu impacto para o mundo, Kinge (2007) lembra o episódio dos bueiros, ocorrido entre o final de 2003 e início de 2004, quando houve um movimento, em grande parte dos países, de roubo de tampas de bueiros. O motivo era o preço da sucata que, devido à demanda chinesa, havia alcançado níveis recordes. Foi, segundo o autor, um jeito incomum da potência chinesa anunciar a sua chegada.

²⁴ A China iniciou o processo para retornar ao GATT em 1986.

²⁵ A tarifa média passou de 43,2% em 1992, para 11% em 2003.

Além disso, o tamanho da economia aumentou 14 vezes, e o PIB *per capita* multiplicou-se em 10 vezes, alcançando US\$ 2.510, em 2007, em termos nominais, e US\$ 5.420, em paridade poder de compra (MORRISON, 2008).

Data/Período	Média de crescimento anual (%)
1960-1978 (pré-reforma)	5.3
1979-2007 (pós-reforma)	9.8
1990	3.8
1991	9.3
1992	14.2
1993	14.0
1994	13.1
1995	10.9
1996	10.0
1997	9.3
1998	7.8
1999	7.6
2000	8.4
2001	8.3
2002	9.1
2003	10.0
2004	10.1
2005	9.9
2006	11.1
2007	11.4

Tabela 1: Média Anual de Crescimento Real do PIB: 1960-2007 (Fonte: Official Chinese government data and Economist Intelligence Unit. Adaptado de MORRISON, 2008)

O objetivo deste capítulo é analisar alguns aspectos desse desenvolvimento econômico, enfocando as questões mais recentes e aquelas, que a nosso ver, relacionam-se mais com a estratégia de desenvolvimento pacífico da China. Inicialmente, trataremos da condução geral da economia pelo governo, abordando os pontos centrais dos dois últimos Planos Quinquenais (o 10º e o 11º) e a possível necessidade de mudança na estratégia de

industrialização, bem como os principais desequilíbrios enfrentados pela economia chinesa atualmente. Em seguida, versaremos sobre os primeiros impactos do ingresso da China na OMC. Por fim, será tratada a aproximação entre a China e os mercados emergentes da África e da América Latina, fruto da crescente demanda chinesa por *commodities*. Ressaltamos que diversas questões de grande relevância, como a necessidade de reformas no sistema financeiro, e a questão da mão-de-obra, não serão contempladas pelo trabalho, por entendermos não serem primordiais para os objetivos da análise proposta; não desconhecemos, todavia, a sua importância.

3.1 A Estratégia de Crescimento

3.1.1 Os 10º e 11º Planos Quinquenais

As linhas gerais da estratégia de crescimento da China, assim como os demais temas de política econômica do país, podem ser investigados a partir dos Planos Quinquenais, implementados desde 1953, data do 1º Plano Quinquenal. Nesta seção, abordaremos os principais pontos do 10º e do 11º Planos Quinquenais, com maior ênfase no segundo, por representar uma mudança mais expressiva na visão dos *policymakers* chineses acerca da condução da política econômica do país.

O 10º Plano Quinquenal, correspondente ao período de 2001-2005, estabeleceu diretrizes para diversas áreas do desenvolvimento chinês, desde metas de crescimento até preocupações com o serviço de saúde. Dentre as diversas diretrizes, destacam-se o PIB a ser alcançado no final do período abrangido pelo Plano²⁶, a redução do desemprego na área urbana e as taxas de crescimento da indústria, estabelecida separadamente para cada setor. Além disso, o Plano também contempla melhoras na infra-estrutura, aumento nos gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D), preocupações com o meio-ambiente²⁷ e meta de redução do crescimento populacional. (CHINA, 2006b)

²⁶ A meta estabelecida foi de 12.500 bilhões de yuan renmimbi e um PIB per capita de 9.400. Todavia, em 2005, de acordo com o National Bureau of Statistics, o PIB chinês chegou a mais de 18 trilhões de Yuan, muito acima do estabelecido.

²⁷ Destaca-se a meta de reduzir os poluentes urbanos e rurais em 10%.

Vale ressaltar que o 10º Plano é rico em metas bastante objetivas, como se pode observar pela riqueza de percentuais e números estabelecidos como objetivos em grande parte das áreas. Segundo Wu Jinglian (2006), o 10º Plano considera a reestruturação e a modernização econômica a principal linha a ser seguida durante os cinco anos compreendidos pelo Plano. Foi no 10º Plano, também, que se estabeleceu o conceito de “sociedade moderadamente próspera”²⁸, utilizado igualmente no plano seguinte. De acordo com Bijian (2006), o conceito está ligado à idéia de que o maior desafio após alcançado o crescimento econômico é não só aumentar a renda per capita, mas também fortalecer o bem-estar social. O Plano falha, todavia, por não abordar estratégias ou planejamentos para alcançar os objetivos traçados, ele apenas os apresenta, sem maiores detalhamentos da forma como atingi-los. Tal ausência permite que sejam estabelecidas metas nem sempre factíveis de serem alcançadas.

A adoção do 11º Plano Qüinqüenal marca uma nova fase na condução da política econômica chinesa. De acordo com Bijian (2006), o 11º Plano foi formulado a partir de uma análise profunda dos constrangimentos internos e externos que o país vai enfrentar, e representa um programa que visa construir uma sólida base para o desenvolvimento chinês nas duas primeiras décadas do século vinte e um. As inovações estão presentes em diversos momentos, como no reconhecimento de que a indústria de serviços é pouco desenvolvida e que necessita uma maior atenção (CHINA, 2006b). Segundo Naughton (2006), o 11º Plano Qüinqüenal representa uma revolução na forma como os líderes chineses vêem o futuro econômico do país, pois não tenta direcionar o crescimento econômico, ao invés, reconhece que o desenvolvimento futuro chinês dar-se-á em um contexto de globalização, e que os setores da economia desenvolver-se-ão de acordo com as forças do mercado, sem a necessidade de estabelecer setores prioritários. Ao contrário do Plano anterior, o 11º praticamente não adota objetivos numéricos ou percentuais, a exceção do PIB *per capita* e do consumo de energia²⁹, mas também peca pela ausência de ações práticas.

²⁸ No original, “moderately prosperous society”.

²⁹ Ficou estabelecido que o PIB per capita em 2010 deverá ser o dobro do que era em 2000, e que o consumo de energia em relação ao PIB deve reduzir-se em 20% em relação ao valor de 2005.

Algumas questões mais específicas destacam-se no 11º Plano, são elas: a contribuição de especialistas e a consulta à população, a adoção dos conceitos de desenvolvimento científico e de sociedade harmônica³⁰, a adoção da teoria de Deng Xiaoping dos “Três Representantes”³¹, o foco no consumo de energia e no meio-ambiente e as preocupações com o superaquecimento da economia. A adoção de opiniões externas, ainda que em relação a um assunto específico, a saber, o meio-ambiente, representa um avanço muito significativo e deixa implícita a idéia de que a China continua caminhando para uma economia de mercado, na qual a opinião de consumidores e produtores importa tanto quanto a dos formuladores da política econômica. (CHINA, 2005b)

O conceito de desenvolvimento científico está bastante relacionado com a idéia de colocar o ser humano em primeiro plano, construindo uma visão de desenvolvimento sustentável e coordenado. Essa nova perspectiva de desenvolvimento significa trocar a confiança em um desenvolvimento baseado na mão-de-obra barata e no alto consumo de recursos naturais por um centrado na qualificação da mão-de-obra e no progresso científico-tecnológico, com uma maior preocupação com a qualidade e com a economia de energia. Esse desenvolvimento científico seria, então, o principal meio de alcançar a sociedade harmônica, com especial atenção a situação da população rural³², visada pelo Plano. (CHINA, 2005b; NAUGHTON, 2006)

Outro conceito importante adotado no 11º Plano é o dos “Três Representantes”, idealizado pelo presidente Jiang Zemin, em 2000, referente à noção de que o Partido Comunista deve representar as necessidades de desenvolvimento das forças produtivas chinesas, o desenvolvimento da cultura chinesa, e os interesses fundamentais da maioria da população chinesa (BIJIAN, 2006). A preocupação com o consumo de energia e com os problemas ambientais também ganharam destaque no último Plano. Consoante Naughton (2006), a alta dos preços do petróleo, aliada ao ritmo acelerado de crescimento econômico do país e a dependência do fornecimento externo, agravaram as preocupações governamentais relacionadas à questão energética. Ainda segundo o autor, a questão energética é abordada no Plano dentro das preocupações ambientais, a exemplo da defesa

³⁰ No original, “scientific concept of development” e “harmonious society”.

³¹ No original “Three Represents”.

³² O problema do desenvolvimento rural e das condições sócio-econômicas da população que vive no campo é uma questão a parte, e não será tratada nesse trabalho. Para saber mais, ver Saich (2004) e Naughton (2006).

da mudança no sistema de avaliação do desempenho local das regiões, feito com base nos indicadores de crescimento econômico e que deveria passar a ser feito de acordo com indicadores de qualidade de vida e de proteção ambiental.

O problema do superaquecimento da economia, de acordo com o 11º Plano, está relacionado ao modelo antigo de desenvolvimento chinês, que deve ser superado com as novas diretrizes. Através do novo conceito de desenvolvimento já citado, o Plano visa transformar o modo de desenvolvimento econômico, adotar uma nova trajetória de industrialização e construir uma sociedade baseada no consumo energético eficiente e na preservação do meio-ambiente (CHINA, 2005b). Por fim, cabe ressaltar que o Plano propõe reformas institucionais, que têm por objetivo, principalmente, reduzir a burocracia; e que prevê a abertura de monopólios estatais, como as telecomunicações, para o capital privado (NAUGHTON, 2006).

3.1.2 Desequilíbrios Atuais e a Estratégia de Industrialização

O 11º Plano deixa claro que a China optou por manter o crescimento acelerado³³. A opção, contudo, agrava alguns problemas já enfrentados pela China devido ao ritmo de sua economia e aos recursos disponíveis no país. Entre as principais preocupações, que, em grande parte, coincidem com as áreas abordadas pelo Plano, está a escassez de recursos, a degradação do meio-ambiente, a coordenação entre desenvolvimento econômico e social, o baixo desenvolvimento da indústria de serviços e o “superinvestimento”. Tendo em vista que grande parte desses problemas está relacionada com o padrão de industrialização adotado no país, justifica-se fazer uma breve análise deste.

O crescimento econômico acelerado da China está, em grande medida, relacionado com a expansão da indústria de manufatura no país, com o crescimento do setor sendo liderado pela indústria de maquinário elétrico e a indústria química³⁴, se considerarmos como medida o valor agregado. Além disso, a redução das companhias de

³³ Segundo Bijian (2006), a China não tem alternativa senão manter o crescimento acelerado, pois, do contrário, seria muito difícil resolver os conflitos de interesse existentes. O autor não especifica quais seriam esses conflitos, mas no parágrafo seguinte trata da necessidade de criar mais empregos, deixando subentendido que esses conflitos estariam relacionados com a pressão da população e a legitimidade do Partido.

³⁴ Entre 1995 e 2003, elas cresceram, respectivamente, 348% e 170%. (MORRISON, 2008)

propriedades e/ou coordenadas pelo governo em relação aquelas de propriedade privada e estrangeiras, embora indústrias como a de tabaco e de petróleo ainda sejam de maioria estatal, também contribuiu para a manutenção do crescimento acelerado. (MORRISON, 2008)

O 11º Plano Quinquenal foi formulado sob a égide do princípio de “seguir um novo caminho de industrialização”³⁵, atento a necessidade de reformas na estratégia de crescimento e em outros setores. A mudança, contudo, não é repentina; ao longo das últimas décadas houve diversas mudanças, ou tentativas de mudanças, graduais na estratégia de industrialização. O 9º Plano Quinquenal, inspirado nas mudanças da Revolução Cultural, tinha como base a passagem da estratégia de crescimento extensivo (concentrada nos fatores) para intensivo (concentrada na produtividade); isso reafirmado no 10º Plano. Essa reforma, contudo, não ocorreu completamente, especialmente pelo fato de as políticas públicas e instituições serem ainda compatíveis com a estratégia anterior. Dentro desse arranjo institucional, são ressaltados quatro pontos, que contribuem significativamente para a manutenção da estratégia de crescimento e industrialização. O primeiro é o controle governamental dos recursos, o qual gera uma alocação ineficiente. Em segundo está a já citada relação existente entre o sucesso político e o crescimento do PIB, que estimula os governos locais a utilizarem seu poder para alocar os recursos com esse fim, o que nem sempre garante a melhor utilização. O regime tributário, baseado no valor adicionado, constitui o terceiro problema, também relacionado com a ação dos governos locais. Por fim, está a distorção dos preços dos recursos, que são controlados pelo governo, e geram o uso não-inteligente de fatores como energia e água potável, desestimulando o desenvolvimento de tecnologias mais eficientes. (WU JINGLIAN, 2006)

Essa estratégia de industrialização tradicional, baseada na indústria pesada e na química, no alto consumo de recursos naturais, na pouca qualificação da mão-de-obra e no baixo desenvolvimento tecnológico, traz diversas conseqüências negativas, algumas das quais já foram citadas anteriormente e serão analisadas a seguir. Uma das questões mais preocupante, de acordo com Wu Jinglian (2006), é a escassez de recursos, especialmente terra cultivável, água potável, carvão, e petróleo. Quanto a terra e água, a situação agrava-se pelo fato de não serem bens comerciáveis, ou seja, não podem ser importadas do resto

³⁵ No original “following a new industrialization path”.

do mundo como os demais. A energia primária da China ainda é o carvão, mas o petróleo aumenta sua importância gradativamente, não só como energia, mas também como fator estratégico e de segurança. Ressalte-se que, em 1996, a China passou de exportadora para importadora de petróleo, e que se estima que em 2020 o país tenha que importar em torno de 60% de sua demanda (BIJIAN, 2006). A escassez de ambos os recursos é agravada pelo desenvolvimento de indústrias de alto consumo energético e de água, características do padrão antigo de industrialização.

A poluição e a degradação do meio-ambiente, de acordo com Bijian (2006), é outro problema de grande relevância na China e relacionado não só com a industrialização, mas também com os processos de modernização e urbanização do país, constituindo um gargalo econômico e comprometendo o desenvolvimento sustentável do país. A erosão do solo, a desertificação, a poluição do ar e da água, bem como o desmatamento são as principais questões. Segundo Kornberg e Faust (2005), para resolver seus problemas de energia e ambientais, a China tem recorrido a agências internacionais, como o Banco Mundial, e a investimentos externos. Os autores sugerem que a redução dos subsídios governamentais contribuiria para um consumo energético mais eficiente, especialmente no caso do carvão, além de reduzir os gastos do governo.

Outro desafio, embora não esteja diretamente relacionado com a estratégia de industrialização, refere-se ao dilema de coordenar desenvolvimento econômico e social. O principal problema são as altas taxas de crescimento e o lento crescimento do nível de emprego. Um dos motivos deste descompasso entre as taxas de crescimento do PIB e de emprego, de acordo com Bijian (2006), é o fato de grande parte do crescimento econômico chinês ser fruto de investimentos e exportações e não do consumo interno. Uma provável solução para a alta taxa de desemprego na China estaria relacionada com outro problema da estratégia de crescimento do país: a indústria de serviços. O aumento do crédito para os investimentos privados no setor de serviços, negligenciado, em parte devido às idéias socialistas que o vê como trabalho não produtivo, aumentaria significativamente a oferta de empregos, tendo em vista que, apesar de responder a apenas um terço do PIB, é responsável por grande parte dos novos postos de empregos³⁶ (HALE e HALE, 2003).

³⁶ Entre 1998 e 2002, o setor de serviços foi responsável por 85% dos novos postos de empregos criados na China.

Além disso, existem grandes diferenças de desenvolvimento entre as cidades e as áreas rurais, bem como entre as diferentes regiões, especialmente das cidades mais centrais para as situadas mais no interior.

Um dos principais problemas da China atualmente é o crescimento do investimento a taxas superiores ao crescimento do consumo, o “superinvestimento”. Segundo Hale e Hale (2003), a estabilidade da taxa de câmbio estimula o crescimento das reservas estrangeiras, aumentando a oferta monetária e o crédito, encorajando ainda mais as firmas a investirem. Wu Jinglian (2006) compartilha a opinião de Hale e Hale (2003), destacando que entre as consequências de curto prazo do “superinvestimento” está o aumento da capacidade produtiva mais rápido que a expansão da demanda, o aumento da desigualdade entre os ricos e os pobres, e o crescimento excessivo do superávit comercial e das reservas externas; no longo prazo, há o risco das crises financeiras. Ressalte-se que a aceleração da inflação também preocupa as autoridades monetárias chinesas. Em publicação recente do Banco da China, foi declarada uma expectativa de inflação de 7,2% (0,3 pontos percentuais superior a estimada pela mesma instituição em publicação anterior) para 2008, se considerado o índice de preços ao consumidor (IPC), e a sugestão de que as autoridades monetárias tomem medidas para conter a pressão inflacionária (People’s Daily Online, July 2008).

A necessidade de a China mudar sua estratégia de crescimento já ficou bastante clara ante o exposto acima, e cabe ressaltar algumas mudanças sugeridas por Wu Jinglian (2006), baseadas na experiência histórica de outros países: encorajar inovação endógena, desenvolver a indústria de serviços, como já foi citado anteriormente, utilizar a tecnologia de informação para aumentar a eficiência da indústria nacional, e aumentar as oportunidades de trabalho. O autor defende, ainda, reformas institucionais, como a reformas no sistema financeiro no sentido da abertura e redução da intervenção governamental no sistema de preços.

3.2 Ingresso na OMC: motivações e primeiros impactos.

O ingresso da China na OMC após quinze anos de negociações³⁷, como já foi citado, não se resume a uma questão econômica e está bastante ligado à idéia da ascensão chinesa como potência no cenário internacional. A participação da China nas principais organizações internacionais garante sua influência nas decisões políticas e evita que decisões que possam afeta-la sejam tomadas sem seu conhecimento. Para Kornberg e Faust (2005), a participação da China na OMC traz, ao mesmo tempo, prestígio internacional, e afirma o sucesso das reformas econômicas implementadas no país desde 1978.

De acordo com Saich (2004), a entrada da China na OMC teve quatro motivos principais. O primeiro está relacionado às poucas alternativas presentes para a China, que precisava ingressar para se integrar de maneira mais eficiente na economia internacional. O segundo, já abordado anteriormente, são as questões políticas, que estão ligadas ao projeto maior da China, de desenvolvimento pacífico e ascensão como potência. Em terceiro está a tentativa de tornar as reformas mais eficientes, como a OMC como um mecanismo disciplinar externo, que conduziria o ritmo das reformas e evitaria regressos. Por fim, tem-se a garantia de benefícios econômicos, especialmente o acesso a mercados para os seus produtos.

O ingresso na OMC, segundo Panitchpakdi e Clifford (2002), também pode ser visto como o ponto mais alto das reformas econômicas iniciadas em 1978 com Deng Xiaoping. A participação chinesa como membro pleno na OMC também contribuiu, e ainda contribui, para a aceleração das reformas, que, provavelmente aconteceriam em um ritmo bem mais lento caso a China não entrasse na OMC. Além disso, diminuiria as possibilidades de a China adotar políticas autárquicas, como as fortes políticas industriais orientadas para a exportação. Kornberg e Faust (2005) acrescentam que a entrada facilitará o acesso do país a capitais e investimentos externos, além de, evidentemente, beneficiar as exportações chinesas.

³⁷ O processo de ingresso na OMC como membro pleno envolve duas grandes etapas. A primeira corresponde às negociações bilaterais e a assinatura dos acordos, que tratam de produtos específicos e restrições, entre os membros da OMC que requerem e o país em processo de entrada. No caso da China, foram 37 acordos, e refletem a insegurança dos demais países em relação à entrada da China. A segunda etapa consiste na compilação dos acordos bilaterais, que se transformam no protocolo de adesão. (PANITCHPAKDI e CLIFFORD, 2002)

A participação da China na OMC ainda é um processo recente e, portanto, seus impactos na inserção internacional do país ainda são de difícil dimensionamento. É possível perceber, contudo, que as mudanças na política comercial chinesa já estavam ocorrendo antes do ingresso na organização, ou seja, durante o período das tratativas para a entrada. De acordo com Ianchovichina e Martin (2004), a partir de 1992, iniciou-se uma redução progressiva de tarifas de importação, com uma diminuição mais significativa após 1997, fruto de uma reforma que reduziu as tarifas em uma média de 20%. Ao final desse processo de redução progressiva, em 2001, as tarifas médias passaram a um terço do que eram em 1992.

Analisando de uma maneira ampla, a entrada da China na OMC é positiva para a economia do país como um todo. A evidência mais clara, segundo Ianchovichina e Martin (2004), é o aumento na participação do comércio mundial, que cresceu de 5,8% em 2001, ano da entrada, para 6,4% em 2007. Os ganhos de bem-estar totais estimados da entrada são de 40,6 bilhões de dólares, o equivalente a uma melhora de 2,2% na renda *per capita*. Ressalte-se que grande parte desses ganhos, em torno de 30 bilhões de dólares, são frutos das reformas liberalizantes ocorridas antes do ingresso, em especial as que tangem ao comércio de manufaturados, à remoção das cotas dos têxteis e à liberalização do setor de serviços.

Os resultados, todavia, não são positivos para todos os setores dentro do país. Prime (2002) separa em dois grandes grupos: os principais beneficiados com a entrada e os que mais foram prejudicados. No primeiro grupo, encontram-se os exportadores de um modo geral, o setor têxtil e de vestuário, os serviços, e as atividades nas zonas rurais à exceção das fazendas. Já no segundo estão as fazendas, principalmente de algodão e soja, as indústrias de alumínio, aço e petroquímica, o setor bancário, e as companhias controladas pelo governo, em geral. Os setores prejudicados, via de regra, perderam devido à redução das tarifas de importação, que, anteriormente, diminuía a concorrência com produtos importados dentro do país. Além disso, a maior abertura do mercado resultará em mais IDE's, aumentando a concorrência dentro do país, como é o caso da indústria petroquímica. Os beneficiados, por sua vez, ganharam com o acesso mais facilitado para os mercados exportadores.

O aumento da participação no comércio internacional também foi acompanhado de mudanças no padrão desse comércio. Segundo Rumbaugh e Blancher (2004), a pauta de exportações da China alterou-se, com um aumento da participação de eletrônicos mais sofisticados, como equipamentos de processamento de dados e de telecomunicações, de móveis, de artigos de viagem e de suplementos industriais. Outro fator de grande relevância são as alterações sofridas nas importações, em especial no que tange aos países de origem. As importações dos países em desenvolvimento cresceram significativamente, embora as importações da Europa e dos EUA também tenham crescido. O crescimento mútuo das importações de países em desenvolvimento e de desenvolvidos explica-se pela característica dual da pauta de importações chinesas. Dos países desenvolvidos e da região asiática, são importados bens intermediários, que são processados e reexportados; já da América Latina e da África, a maioria dos bens é para consumo doméstico, e concentram-se em recursos energéticos e matérias-primas naturais, como os minérios.

De acordo com Zhao, Tong e Qiao (2002), a entrada na OMC traria ainda mais três grandes conseqüências, intituladas pelos autores de ondas. A primeira é uma nova onda de investimentos e negócios nas indústrias de manufatura e nos setores de telecomunicação, tecnologia da informação e comércio *on line*; a qual provavelmente se iniciará nas empresas privadas, e após se expandirá para aquelas controladas pelo governo. A segunda é uma nova onda de investimentos e negócios nos setores financeiro e de serviços. Por fim, uma onda de regulamentações, leis e políticas governamentais.

A entrada da China na OMC relaciona-se com a sua política externa de duas maneiras. Por um lado, insere-se na nova estratégia de priorizar as relações multilaterais e, por conseguinte, a participação nos foros multilaterais internacionais. Nessa perspectiva, o ingresso na OMC pode ser entendido com o ápice de uma trajetória de retirada do isolamento internacional pós-Tiananmem e de ocupação de uma posição ativa no cenário internacional. Por outro lado, considerando-se os significativos impactos que a entrada na OMC trará para a China, em especial no que toca ao acesso a mercados fornecedores de matéria-prima e energia, tal fato pode ser entendido como mais uma ação estratégica que condiciona a política externa às necessidades econômicas do país.

3.3 A Participação no Mercado Internacional e a Relação com os Emergentes

O desenvolvimento econômico da China, evidentemente, tem reflexos nas relações econômicas do mundo como um todo. A participação do país no comércio internacional é um dos aspectos mais evidentes do seu peso na economia mundial; desde o início das reformas, em 1978, suas exportações passaram de 14 bilhões de dólares para 1, 218 trilhões em 2007, enquanto as importações passaram de 16 bilhões para 956 bilhões no mesmo período. Ressalte-se que nos últimos anos as exportações têm crescido de maneira mais acelerada, com uma média de 29% desde 2004, e que as importações cresceram em torno de 70% no mesmo período. Como resultado desse crescimento, a China tornou-se a terceira maior economia importador-exportadora em 2004, atrás apenas da União Européia e dos EUA. (MORRISON, 2008)

As relações econômicas internacionais da China, portanto, constituem parte importante do desenvolvimento político-econômico do país como um todo. Atualmente, podemos considerar que a China possui uma estratégia de longo prazo, caracterizada pela subordinação das questões econômicas e pela utilização destas como instrumentos do projeto político do país, sendo assim:

[...] a China se percebe como uma civilização em busca de espaços de reprodução e afirmação em uma realidade internacional complexa, onde não parece ser possível qualquer estratégia de “isolamento”, tanto na esfera política, quanto na econômica. Assim, a expansão das bases materiais da sociedade, torna-se fonte de acumulação de poder. (CUNHA; BIANCARELI; PRATES, 2007, p.528)

Acompanhando o crescimento acelerado do PIB, em vinte anos, a China aumentou sua participação no comércio mundial de 1% para mais de 6%. Um marco na inserção da China no comércio internacional é a sua já citada entrada na OMC em dezembro de 2001, quando reduziu significativamente suas tarifas alfandegárias, que atualmente são em torno de 6,4%, menos de um sexto do que eram há dez anos. Essa entrada significou uma grande abertura dos mercados internacionais para os produtos chineses, o que foi visto por muitos mercados emergentes, como uma ameaça para as suas exportações. (BLÁZQUEZ-LIDOY; RODRÍGUEZ; SANTISO, 2006)

As exportações chinesas, de acordo com Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006), podem ser divididas em três setores chaves: manufaturados, maquinários e transporte, e indústrias variadas; sendo que o segundo setor quase dobrou sua participação desde 1998. Quanto às importações, os principais setores são manufaturados, maquinário e transportes, e produtos químicos³⁸. Essa coincidência de dois setores ilustra a existência de um comércio intraindustrial, e o papel da China de centro de produção para a reexportação. Se considerarmos os produtos, e não os setores, todavia, algumas *commodities* figuram entre as principais importações chinesas, com petróleo cru correspondendo a 8,3% do total das importações, como pode ser visto na tabela 2 (MORRISON, 2008). Além disso, as *commodities* importadas pela China representam uma parcela significativa do comércio desses produtos mundialmente, sendo o país, inclusive, o maior importador de algumas, como o crômio, o minério de ferro e o manganês. (DYCK, 2008)

Descrição	Valor (em bilhões de dólares)	% do Total
Total	995.8	100
Circuitos eletrônicos integrados e micro-conjuntos; partes destes (8542)	129.5	13.5
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (2709)	79.7	8.3
Dispositivos de cristal líquido não especificados nem compreendidos em outras posições da nomenclatura; lasers; instrumentos e aparelhos ópticos não especificados nem compreendidos em outras posições da nomenclatura; partes e acessórios destes (9013)	45.2	4.7
Minérios de ferro e seus concentrados (2601)	33.8	3.5
Máquinas automáticas de processamento de dados e suas unidades; leitores ópticos ou magnéticos, máquinas para transcrição e processamentos de dados em código; e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições da nomenclatura. (8471)	20.0	2.1
Aparelhos elétricos para telefonia por fio e suas partes (8517)	18.8	2.0
Componentes para máquinas de escrever e outras máquinas para escritório (8473)	17.5	1.8
Componentes de televisão, rádio e radar (8529)	19.7	2.5

³⁸ Dados de UNCTAD/OMC, 2004.

Óleo (não bruto) de petróleo ou de minerais betuminosos (2710)	16.3	1.7
Diodos, transistores e dispositivos semelhantes; dispositivos semi-condutores fotossensíveis; diodos emissores de luz; cristais piezelétricos montados; partes destes. (8541)	15.6	1.6
Grãos de soja (1201)	11.5	1.2

Tabela 2: 10 Principais Importações Chinesas em 2007 (Fonte: World Trade Atlas. De acordo com Sistema Harmonizado (SH). Adaptado de MORRISON, 2008)

O crescimento acelerado da economia chinesa tem como um de seus combustíveis os recursos naturais: ferro para indústria siderúrgica, cobre para a construção civil e componentes eletrônicos, petróleo e produtos agrícolas para as diversas indústrias e consumo da população (GUTHRIE e PRESTON, 2006). As importações chinesas de *commodities* aumentaram vinte vezes nas últimas duas décadas, lideradas pelo petróleo, minérios metálicos e materiais plásticos³⁹, as três principais importações chinesas nessa categoria. O petróleo, como já foi citado, é a principal *commodity* importada pela china, que é o terceiro maior país importador, respondendo por 6% das importações mundiais⁴⁰. Entre os minerais metálicos, destacam-se o ferro, o manganês, o chumbo e o cromo, a maioria utilizados na indústria do aço, uma das que mais cresce no país; essa demanda tende a aumentar, tendo em vista que a China ainda importa aço e o crescimento da indústria nacional, visando a diminuição dessas importações, aumentará a necessidade desses minerais. As importações de cobre da China correspondem a 19% das importações mundiais, sendo o segundo país importador e o material é utilizado nas indústrias elétricas, automotiva, de construção e de tecnologia. (TRINH; VOSS e DYCK, 2006)

Quanto às *commodities* agrícolas, em especial a soja e o milho, tem-se verificado um crescimento da importação como resultado do aumento da renda *per capita* e da incapacidade do setor agrícola chinês de atender a essa demanda, devido, principalmente, à escassez de água e de solos férteis no país. Já o aumento da importação de carne também é resultado do aumento do padrão de vida da população, demonstrando uma mudança nos

³⁹ Essas três categorias correspondem a 40% do total das importações de *commodities* e 15% das importações totais.

⁴⁰ Dados para 2005.

hábitos alimentares, um dos efeitos da gradual abertura do país. Tendo em vista que essa abertura gradual continua avançando, é provável que os consumidores chineses, cada vez mais, demandem novos produtos agrícolas, alimentando o crescimento das importações. (LEÓN-MANRÍQUEZ, 2006)

Outra atuação importante da China no mercado internacional são os investimentos direto externos (IDE's). Os IDE's acumulados chineses alcançaram 73.3 bilhões de dólares em 2005, ocupando o lugar de 13º maior economia investidora do mundo (MORRISON, 2008). É necessário, entretanto, que se faça uma distinção entre os investimentos reais e o que é chamado *round-tripping*, que consistiria em enviar capital para fora e depois trazê-lo de volta como capital estrangeiro, com o objetivo de adquirir os benefícios concedidos às empresas estrangeiras na China; estima-se que entre 25% e 40% do total dos investimentos externos diretos sejam *round-tripping* (LUNDING, 2006).

Segundo Trinh, Voss e Dyck (2006), existem três principais motivos que estimulam os IDE's chineses, em especial na América Latina e na África: a racionalidade econômica, as intenções políticas e os objetivos estratégicos. A racionalidade econômica relaciona-se com a necessidade de aumentar a segurança energética e garantir o acesso a recursos e mercados. As intenções políticas são, principalmente, ser reconhecida como uma economia de mercado. Quanto aos objetivos estratégicos, está a emergência da China como importante *player* no cenário internacional, tanto econômica quanto politicamente. Morrison (2008) acrescenta o fato de a China possuir vastas reservas estrangeiras, o que torna os IDE's uma alternativa aos títulos de outros governos.

Ao analisarmos esses dois fatos, o comércio e os investimentos, percebemos que há uma significativa aproximação entre a China e os mercados emergentes da América Latina e da África. Tal aproximação é fruto, principalmente, da demanda chinesa por matéria-prima e recursos energéticos, dos quais ambas as regiões são grandes fornecedoras. Investigaremos, então, de um modo geral, as importações latino-americanas e africanas para a China, bem como os crescentes investimentos de Pequim nas duas regiões, movimento que tem acompanhado o fluxo comercial⁴¹.

⁴¹ Quanto à América Latina, concentrar-nos-emos na América do Sul, tendo em vista que as relações com a América Central e o México têm características mais específicas, e não são tão beneficiados com a demanda

3.3.1 A América Latina

O comércio da China com os países latino-americanos cresceu significativamente nos últimos anos, alcançando US\$50 bilhões em 2005, quando a China tornou-se o terceiro maior parceiro comercial da América Latina. Anteriormente, a China já havia superado o Japão e tornado-se o maior parceiro comercial na Ásia (CEPAL, 2007). Mais expressivo ainda é o aumento das importações chinesas da região, que têm crescido, em média, 50% desde 2000; entre os produtos importados, os principais são o minério de ferro, os metais básicos e as *commodities* agrícolas. (TRINH; VOSS e DYCK, 2006)

As exportações da América Latina para a China concentram-se nos recursos naturais e nas manufaturas baseadas em recursos naturais; os dois setores juntos, em 2005, corresponderam a mais de 90% do total das exportações para o país (CEPAL, 2007). Entre principais produtos importados pela China da América Latina, de acordo com Trinh, Voss e Dyck (2006), estão os metais básicos, principalmente o minério de ferro, o cobre, as *commodities* agrícolas, em especial a soja, e a madeira. O Brasil é o terceiro maior exportador de minério de ferro para a China, e juntamente com outros países da América Latina suprem mais de um quarto do total das importações chinesas do produto. Os países latino-americanos são os principais exportadores de cobre para a China, destacando-se Chile e Peru, que juntos atendem a mais de 50% das importações totais de cobre da China. A soja, da qual Brasil e Argentina são grandes produtores, e a China é a maior importadora, também se destaca, e as importações do produto para a China correspondem a mais de 60% do total importado pelo país. Também a maior importadora mundial de papel e polpa de madeira, a China igualmente importa da América Latina, com destaque para o Peru e o Brasil. Se considerarmos mais especificamente a América do Sul, outros produtos também ganham relevância, como a farinha de pescado, as aves, a uvas e o vinhos, como é possível ver na tabela 3.

chinesa por *commodities*. Além disso, há um interesse maior na América do Sul, evidentemente devido às relações com o Brasil.

Principais produtos	América do Sul (A)	Mundo (B)	% do total C=(A)/(B)
Soja (2222+4232)	5174	8528	60,7
Ferro (2815+2816+6712+6725+6746)	3909	19677	19,9
Cobre (2871+2882+6821+6822)	3456	13532	25,5
Madeira e polpa (2482+2483+2517+6416)	943	4584	20,6
Petróleo cru (3330)	745	33912	2,2
Farinha de pescada (0814)	623	770	80,9
Couros e lãs (6114+6512+6129+2681)	537	4152	12,9
Ligas ferrosas (6713+6716+6727+6749)	442	9613	4,6
Chumbo (2874)	122	437	27,9
Alumínio (2873+6845)	105	2069	5,1
Outras partes e acessórios para veículos (7849)	104	7305	1,4
Aves e miúdos (0114)	90	154	58,7
Algodão (2631+2632+2633+2634)	80	3242	2,5
Tabaco (1211-1212)	74	232	31,6
Uvas e vinhos (0575+1121)	61	135	45,4
Outros produtos	1630	442973	0,4
Importações totais	18095	551315	3,3

Tabela 3: China: 15 Principais Produtos Importados da América do Sul 2004 (Fonte: CEPAL, conforme base da COMTRADE e de acordo com a Classificação Uniforme do Comércio Internacional. Adaptado de CEPAL, 2006)

A expectativa de manutenção do crescimento acelerado chinês, confirmada no 11º Plano Quinquenal, corrobora as estimativas de que a demanda chinesa por matérias-primas, energia, e produtos agrícolas também continue crescendo. Segundo Dyck (2008), a demanda de importação chinesa por minério de ferro, cobre, manganês e madeira devem crescer a uma média de 10% ao ano até 2020; a soja, 4%; enquanto a carne e o petróleo devem manter um crescimento médio no mesmo período de e 20%, respectivamente.

Segundo León-Manríquez (2006), as relações comerciais entre a China e alguns países da América do Sul, em especial Brasil, Chile, Argentina e Peru, caracterizam-se por três processos. O primeiro é o incremento do comércio bilateral; em seguida, temos o desenvolvimento de significativos superávits comerciais nos países sul-americanos. Por fim, há um aumento do fluxo de investimentos chineses nos países da América do Sul, concentrados nos setores de extração de matéria-prima e construção de infra-estrutura.

O avanço das relações comerciais entre a China e os países latino-americanos, muitas vezes, concretiza-se na assinatura de tratados de livre comércio. Um dos principais é o Acordo de Alcance Parcial firmado com o Chile em 2005. Segundo este Acordo, primeiro do tipo firmado com um país ocidental, foi fixada tarifa zero para 92% das exportações chilenas para a China, e para os demais produtos, reduções graduais em dez anos. Além disso, prevê a cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, educação e cultura, meio-ambiente, propriedade intelectual e o estímulo aos investimentos e às pequenas e médias empresas. (CEPAL, 2006)

As relações da China com a América Latina, apesar de concentrarem-se no comércio de bens, não se restringem a ele. Os investimentos chineses na região aumentaram significativamente, e seguem a lógica do desenvolvimento chinês que, a exemplo dos investimentos na África, vê na melhora da infra-estrutura e nos IDE's uma forma de se beneficiar ainda mais das relações com a região. Embora a parcela de investimentos chineses destinados à América Latina ainda seja pequena, as perspectivas são de que continuem aumentando significativamente nos próximos anos. A América Latina já ocupa o segundo lugar nos destinos dos IDE's chineses, com 16% do total, atrás apenas da Ásia, destino de 60% dos investimentos. (SANTISO, 2006)

De acordo com Chang (2006), nos últimos anos as empresas de controle governamental têm aumentado os investimentos na América Latina como forma de garantir acesso aos recursos naturais dos países. Na visita feita pelo presidente Hu Jintao à América Latina, em 2004, foram anunciados 100 bilhões de dólares em investimentos chineses na região. Entre os investimentos previstos estão ferrovias na Argentina, projetos de minas de cobre no Chile, e projetos de exploração de petróleo no Brasil. Trinh, Voss e

Dyck (2006), todavia, ressaltam que embora grande parte dos investimentos feitos na América Latina seja proveniente de empresas de controle governamental, a participação das empresas privadas também está aumentando, reflexo da estratégia do governo chinês de promover a internacionalização de grandes empresas do país.⁴² Entre os investimentos já feitos na região destacam-se a compra da companhia peruana PlusPetrol Norte pela China National Petroleum Company (CNPC), em 2004, a *joint venture* entre a China Minmetals Corporation e a chilena Codelco, firmada em 2005, e os investimentos feitos no setor de infra-estrutura energética da Venezuela em 2005, que incluía campos de gás e petróleo e melhoras de refinarias.

As relações entre China e Brasil⁴³ também se fortaleceram nos últimos anos, especialmente no campo econômico. De acordo com León-Manríquez (2006), as economias brasileira e chinesa desfrutam de uma complementaridade, a qual fica evidente no caso do carvão mineral e do minério de ferro. O Brasil é o maior exportador de minério de ferro e importa carvão mineral. A China, por sua vez, exporta carvão e importa minério. Tal complementaridade possibilita uma redução significativa nos custos de logística, pois os mesmos navios que levam minério de ferro a China, voltam carregados com carvão mineral.

Evidentemente, o comércio entre Brasil e China não se resume ao minério de ferro. Consoante Hale (2004), dentre os países da América Latina, as relações comerciais chinesas com o Brasil foram as que lograram maior evolução, de forma que a China emergiu como um dos principais mercados para a soja e o aço brasileiros. Em 2007, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio brasileiro (MDIC), as exportações do Brasil para a China ultrapassaram os 10 bilhões de dólares, com os três principais produtos, minério de ferro, soja e petróleo, correspondendo a mais de 60% do total das exportações para o país. Em declaração recente, quando do lançamento da “Agenda China” na Confederação Nacional da Indústria, o secretário de Comércio

⁴² Para saber mais sobre a estratégia chinesa de “Going Global” e de “Global Championships” ver Lunding (2006).

⁴³ As relações políticas entre os dois países também são de grande relevância, embora não constituam objeto de estudo deste trabalho. Para maiores detalhes de tal relação, e da construção da “parceira estratégica”, ver Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. *História da Política Externa Brasileira*. Brasília: EdUnB, 2000. e Paulo G. F. Vizentini. O Brasil e o Mundo, do apogeu à crise do neoliberalismo: a política externa de FHC e Lula. *Rev. Ciências e Letras*, nº37, jan/jun 2005.

Exterior do MDIC afirmou que o governo brasileiro espera que as exportações para a China alcancem os 30 bilhões de dólares em 2020.

Em 2004 foi assinado um acordo de cooperação entre a Petrobrás e a petrolífera chinesa Sinopec, e, no ano seguinte, um memorando de entendimento com a Corporação Nacional de Petróleo da China, a CNPC, cujo objetivo era o desenvolvimento de negócios conjuntos com a Petrobrás, em diversas atividades, como refino, dutos e exploração e produção de recursos petrolíferos, tanto em terra quanto no mar, em ambos os países e também em outras regiões do mundo.⁴⁴ No setor da siderurgia, destaca-se a parceria entre a Vale e a chinesa Baosteel para a construção de uma siderúrgica no Espírito Santo, assinada no final de 2007 (Folha Online, 23 de agosto de 2007).

3.3.2 A África

As relações entre a China e o Continente Africano seguem uma lógica semelhante a adotada em relação à América Latina, mas evidentemente, conservando, no entanto características próprias. Um dos aspectos relevantes dessa relação foi a criação, em 2000, do Fórum de Cooperação China – África⁴⁵. O Fórum, que tem reuniões a cada três anos, tem o objetivo de estreitar as relações entre o país e a região, não só comercialmente, mas também através de investimentos e de cooperação em outras áreas, como a educação e cultura e os desenvolvimentos tecnológico e agrícola, baseando-se na igualdade e nos benefícios mútuos, princípios já consagrados na política externa chinesa⁴⁶.

A declaração da última reunião do Fórum, ocorrida em 2006, defende, entre outras coisas, a cooperação Sul-Sul e o diálogo Norte-Sul com o intuito de promover um desenvolvimento sustentável e coordenado da economia mundial. Além disso, reafirma a posição chinesa de ajuda aos países africanos nas suas trajetórias de desenvolvimento e

⁴⁴ Informações segundo o site da Petrobrás.

⁴⁵ Os países participantes são: China, Argélia, Angola, Benim, Botsuana, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo Belga, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.

⁴⁶ Informações de acordo com o site do Forum.

resolução de problemas internos de maneira pacífica, ressaltando, contudo, a política chinesa de não-interferência nos assuntos internos. O documento ainda declara o estabelecimento de uma nova parceria estratégica entre a China e a África, e estabelece algumas medidas com esse fim: aumentar as visitas entre os líderes e ministros e reforçar a confiança política; aprofundar e expandir a cooperação, com prioridade para a agricultura, infra-estrutura, indústria, pesca, tecnologia da informação, saúde pública e qualificação de mão-de-obra; aumentar o diálogo entre as diferentes culturas e promover intercâmbios; e reforçar a cooperação internacional e o fortalecimento do Fórum.

Na abertura da mesma reunião, o presidente chinês, Hu Jintao, reafirmou a cooperação entre a China e a África e a construção de uma nova parceria estratégica. Hu Jintao ainda estabeleceu oito passos que devem ser seguidos pelo governo chinês com o intuito de fortalecer essa parceria. As medidas são: duplicar a assistência a África em 2009 em relação a 2006; prover cinco bilhões de dólares em empréstimos nos próximos três anos; instituir um fundo de desenvolvimento China – África para encorajar as empresas chinesas a investir na África; construir um centro de conferências para a União Africana, com o objetivo de auxiliar os Estados africanos na promoção de sua integração; cancelar dívidas dos países mais endividados e menos desenvolvidos da África que mantém relações diplomáticas com a China; aumentar de 190 para 440 o número de produtos africanos com tarifa zero para exportação para a China; estabelecer de três a cinco zonas de cooperação econômica e comércio na África nos próximos três anos; e melhorar as condições sócio-econômicas dos países através de, entre outras coisas, envio de técnicos especializados e de voluntários e da construção de escolas e hospitais.

O comércio entre a China e a África, especialmente as importações da última para a primeira de energia e minérios, constitui um das principais relações entre o país e a região, como pode ser visto na tabela 4. Segundo Morrison (2008), as importações da África em 2007 corresponderam a 3,8% do total das importações chinesas, com um crescimento de 25,9% em relação ao ano anterior. Ressalte-se que o aumento mais expressivo deu-se a partir de 2000, e que entre esse ano e 2005 o comércio entre China e África cresceu 400%, com a China passando a ser a terceira maior parceira comercial da região (VERSI, 2006). Angola, de acordo com Morrison (2008) é o país africano que mais exporta para a China, respondendo, em 2007, por 35% das importações totais da região

para o país, e ocupando o segundo lugar entre os países que exportam combustível mineral para a China; em 2006, inclusive, Angola superou a Arábia Saudita, tornando-se a principal exportadora de petróleo.

Outros países africanos também se destacam no comércio com a China, como o Sudão, a África do sul e o Congo.⁴⁷ Entre os principais produtos importados, além do petróleo, destacam-se o manganês, o minério de ferro, o cobalto e as *commodities* agrícolas, como café, chá e tabaco; as exportações da África de manganês e de cobalto corresponderam em 2004, respectivamente, a 37% e 85% do total das importações chinesas desses produtos, segundo dados de Trinh, Voss e Dyck (2006).

Descrição	2004	2005	2006	2007	% do Total em 2007
Combustíveis minerais, óleos minerais, matérias betuminosas, etc. (27)	10,135	14,676	21,083	25,997	71.8
Minérios, escórias e cinzas (26)	1,393	1,577	2,116	3,298	9.1
Pedras preciosas e metais (28)	742	967	1,196	1,358	3.8
Madeira (44)	473	524	705	915	2.5
Ferro e Aço (72)	439	475	315	851	2.4

Tabela 4: 5 Principais Importações Chinesas da África: 2004-2007. (Fonte: Estatísticas oficiais chinesas. Adaptado de MORRISON, 2008)

Os investimentos da China na África, como já foi citado, também têm acompanhado o crescimento do comércio com a região. Segundo Servant (2005), mais de seiscentas empresas de controle governamental chinesas atuam no continente africano, em diversos setores, como extração de minérios e pedras preciosas e área de infra-estrutura, como telecomunicações e ferrovias. Assim como no caso da América Latina, todavia, as

⁴⁷ Segundo Trinh, Voss e Dyck (2006), Angola, Sudão e Congo, estão entre os dez principais importadores de petróleo para a China, e, juntos atendem a entre 25 e 30% da demanda de importações chinesas pelo produto.

empresas privadas também estão aumentando os investimentos na África, ainda que, na última, a presença do governo chinês seja mais marcante

As opiniões acerca das conseqüências dessa forte presença da China no continente africano são bastante diversas. Destacam-se como aspectos positivos o aumento das taxas de crescimento econômico dos países africanos, impulsionadas tanto pelo aumento tanto da quantidade quanto do preço das commodities exportadas, a melhora da infra-estrutura, e a conseqüente melhora nas condições de vida da população (SERVANT, 2005; FORD, 2006). Por outro lado, os países têm apresentado balanças comerciais deficitárias devido a importação de manufaturados, e a característica “novo-imperialista” dos investimentos chineses na região (SERVANT, 2005; CINI, 2006).

4 ASPECTOS POLÍTICOS DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS

O desenvolvimento chinês, ainda que tenha seu lado econômico bastante enfatizado pelos estudos em geral, está intimamente relacionado com questões políticas que, muitas vezes, em um primeiro olhar, não parecem ter influência sobre a ascensão chinesa. Abordaremos alguns desses aspectos, quais sejam, a estratégia de desenvolvimento pacífico, a força militar do país e a sua estratégia diplomática. Evidentemente, não se defende que essas sejam as únicas questões relevantes, apenas foram escolhidas por estarem mais relacionadas com o objetivo do trabalho. Alguns fatores econômicos serão tangenciados, da mesma forma que assuntos políticos também foram tocados no capítulo sobre a economia chinesa, tendo em vista que os âmbitos políticos e econômicos são muito relacionados.

4.1 O Desenvolvimento Pacífico

4.1.1 Conceito e Aspectos Gerais

O projeto de ascensão pacífica da China é bastante debatido no mundo acadêmico, e constitui um dos principais aspectos dos discursos oficiais chineses, presente em grande parte dos documentos governamentais. A expressão “ascensão pacífica” é utilizada desde o final de 2003 pelo governo chinês para referir-se a estratégia de crescimento econômico e político-militar, bem como a sua crescente inserção internacional (MEDEIROS, 2004). Com a utilização da expressão por Wen Jiabao, Primeiro-Ministro da China, em dezembro de 2003, o termo ganhou força e tornou-se um sinônimo da ascensão chinesa.

Inicialmente, é preciso fazer algumas distinções de definição. Não há um único termo utilizado pelo Governo, e, embora os utilizados sejam bastante semelhantes, não carregam significado idêntico. Entre os termos encontrados estão “trajetória de desenvolvimento pacífico”, “caminho de desenvolvimento para uma ascensão pacífica”, e “ascensão pacífica da China”⁴⁸. Para Medeiros (2004), tanto em relação a crescimento quanto a pacífico, existe um debate até mesmo dentro do Partido Comunista Chinês. No

⁴⁸ Nos termos originais, “peaceful development road”, “the development path to a peaceful rise”, e “China’s peaceful rise”, respectivamente.

que diz respeito à utilização do termo ascensão, a crítica está no fato de que ele não daria uma real visão dos problemas econômicos e sociais que a China enfrenta, e ainda enfrentará, durante seu processo de transição para uma economia de mercado. Além disso, ascensão transmitiria a idéia da emergência de um novo poder, o que poderia desagradar os países vizinhos. Quanto à denominação pacífica, as oposições são bem menores, concentrando-se nos grupos militares, e restringem-se ao fato de que o uso desse termo poderia resultar uma mensagem errada para Taiwan.

O emprego da expressão desenvolvimento pacífico, em lugar de ascensão pacífica parece ter sido a solução encontrada pelo governo chinês. O uso deste termo pelo Presidente Hu Jintao em maio de 2004, evidencia o fato de que as lideranças chinesas entenderam que desenvolvimento transmitiria uma imagem menos agressiva da China, e, portanto, seria mais adequada para contrapor a idéia de “ameaça chinesa”⁴⁹ (MEDEIROS, 2004). Xuotong (2006) ainda ressalta a proximidade entre o termo ascensão e o termo rejuvenescimento⁵⁰, que para os chineses têm um significado bastante semelhante, refletindo a idéia de retomada da posição que a China ocupou no seu período imperial, especialmente nas dinastias Han, Tang e Qing.

Para Kang (2007), o desenvolvimento pacífico é uma escolha pragmática dentro da estratégia chinesa de construir a imagem de um *status quo Power*, ou seja, um Estado não-revisionista⁵¹. Tal afirmação corrobora a idéia de que o uso de desenvolvimento é mais adequado que ascensão, tendo em vista que o último poderia, justamente, transmitir a imagem de um Estado revisionista. Já para Bijian (2005), criador da expressão, o desenvolvimento pacífico é o caminho seguido para a modernização da China, através do capital, da tecnologia, e dos recursos adquiridos de maneira pacífica.

Nada obstante a utilização do termo desenvolvimento pacífico tenha começado em 2003, foi apenas em 2005 que o governo chinês, através do Conselho de Estado, pronunciou-se sobre no que consistiria tal desenvolvimento (CHINA, 2005a). O

⁴⁹ No original, “China Threat”.

⁵⁰ No original, “Rejuvenation”.

⁵¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a condição da China como um *status quo power* ou um Estado revisionista, ver Alastair Iain Johnston. Is China a Status Quo Power? *International Security* v.27, n°4 p.5-56, Spr 2003.

documento oficial, intitulado “Trajetória Chinesa de Desenvolvimento Pacífico”⁵² é composto de cinco partes, que tratam, respectivamente, da modernização chinesa, da promoção da paz, das reformas e inovações institucionais, da relação pacífica com os demais países, e da construção de um mundo harmonioso e pacífico, as quais serão analisadas em seguida⁵³.

O documento, em sua primeira parte, defende a concepção pacífica do governo e a sua relação com a trajetória de desenvolvimento da China. Segundo o documento, a trajetória pacífica da China seria uma escolha inevitável, baseada nas suas condições domésticas, na sua história e tradição cultural, e no desenvolvimento das relações internacionais. As condições domésticas estariam relacionadas com a promoção de um ambiente mais igualitário e pacífico para a população chinesa, habitantes do maior país em desenvolvimento do mundo. Essa consideração é bastante relevante, e evidencia a preocupação do governo chinês com a sua legitimidade e estabilidade interna. Além disso, enfatizam-se a cultura pacífica do país, e o crescimento da interdependência presente no cenário internacional como fatores determinantes da adoção da estratégia pacífica. Mais uma vez, é ressaltada a idéia de que o desenvolvimento chinês não é uma ameaça, ao contrário, contribuirá para a paz em todo o mundo. (CHINA, 2005a)

O crescimento do país, de acordo com o documento oficial (CHINA, 2005a), seria um importante fator do desenvolvimento de toda a sociedade internacional, contribuindo para a construção de um ambiente internacional pacífico. Os esforços chineses para a promoção da paz incluiriam seus investimentos em educação, cultura e saúde, bem como a sua preocupação com o desenvolvimento social da população mundial, e os benefícios do seu desenvolvimento para os países vizinhos. Fica clara a superestimação que o documento dá aos efeitos do desenvolvimento da China para o resto do mundo, especialmente no que tange as condições de vida da população e a desigualdade, fatores que ainda configuram problemas internos e, portanto, pouco prováveis de serem minimizados externamente.

Em um terceiro momento, são reconhecidas as fraquezas do desenvolvimento da China, mormente no que diz respeito a sua estrutura institucional. O caminho apontado

⁵² No original, “China’s Peaceful Development Ride”.

⁵³ Aspectos mais específicos tratados pelo documento foram ou serão analisados nos capítulos e seções pertinentes, ao longo do trabalho.

pelo documento oficial indica que a China deve confiar na sua força, promovendo reformas e inovações e aproveitando-se de suas vantagens, como tecnologia avançada, um grande mercado, altas taxas de poupança, mão-de-obra abundante, e estabilidade social (CHINA, 2005a). As reformas sugeridas são, majoritariamente, no campo econômico, e dizem respeito à maior abertura do mercado interno, a redução da desigualdade e aos problemas ambientais. Questão deveras relevante nessa parte do documento é o fato de o governo declarar que a abertura da China para o mundo é um importante componente do desenvolvimento econômico e social do país.

A relação com os outros países é vista como benéfica para todas as partes; tanto a China necessita dos demais países, quanto o resto do mundo se beneficia do desenvolvimento chinês (CHINA, 2005a). Mais uma vez, é possível observar no discurso oficial a defesa da interdependência das relações internacionais, ainda que nas ações práticas a China aproxime-se do realismo. Além disso, é ressaltado que, desde a entrada na OMC, a China tem adotado uma política de cooperação e integração econômica com os demais países, como a Área de Livre Comércio China – ASEAN, e os Acordos Preferenciais com Chile e Paquistão, entre outros.

A última parte do documento oficial aborda a preocupação chinesa em construir um ambiente internacional de paz e prosperidade. As considerações dessa seção são basicamente sobre a política externa e os princípios diplomáticos do país, em sua grande parte, remetendo aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Destacam-se as preocupações com a segurança e a solução de disputas e, principalmente, a ajuda concedida pela China para países em desenvolvimento, em especial na África, através do apoio a projetos, tratamento tarifário diferenciado, construção de infra-estrutura e qualificação de mão-de-obra. (CHINA, 2005a)

O documento é concluído com a declaração dos objetivos chineses para os primeiros vinte anos do século XXI:

[...] to build a moderately well-off society in an all-round way that benefits over one billion people, further develop China's economy, improve democracy, advance science

and education, enrich culture, foster greater social harmony and upgrade the quality of life of the Chinese people.⁵⁴ (CHINA, 2005, p.17)

As diretrizes determinadas pelo documento (CHINA, 2005a) abrangem diversas áreas e traçam um panorama geral da estratégia chinesa de desenvolvimento pacífico. As intenções pacíficas do governo da China são enfatizadas fortemente ao longo do documento e relacionadas a diversas áreas e ações do país, inclusive em questões que, a princípio, não parecem ter relação alguma, como o seu aumento na participação do comércio mundial.

É possível relacionar a estratégia de desenvolvimento pacífico com o que Bijian (2005) chama de “três grandes transcendências”. Estas diriam respeito aos desafios que a China enfrentará com a sua ascensão. A primeira estratégia de transcendência é superar o modelo de industrialização tradicional e avançar para um novo, mais eficiente no uso dos recursos naturais e com um maior desenvolvimento tecnológico.⁵⁵ A segunda transcendência, bastante relacionada com o desenvolvimento pacífico, é suplantando a forma como os grandes poderes emergem, indo além das fronteiras ideológicas e buscando uma ascensão que promova a paz e o desenvolvimento do mundo como um todo. Nesse ponto, fica evidente a tentativa da China de contrapor-se as teorias de transição de poder conflituosa, contempladas nas obras de Kennedy (1989) e Mearsheimer (2001). Por fim, a terceira transcendência refere-se à construção de uma sociedade socialista harmoniosa, com o fortalecimento de instituições democráticas.

4.1.2 Reflexos no Sistema Internacional

A estratégia chinesa de desenvolvimento pacífico não pode ser analisada com um fator isolado, eis que está inserida no contexto das relações internacionais e, conseqüentemente, trará efeitos, assim como sofrerá contrapartidas. A ascensão chinesa, para Ikenberry (2008), representa uma nova configuração de poder mundial, mas não necessariamente o declínio da ordem Ocidental. Para ele, a China tenderá a integrar-se na

⁵⁴ “[...] construir uma sociedade moderadamente [confortável, que, de maneira geral, beneficia mais de um bilhão de pessoas, além de desenvolver a economia da China, promover a democracia, avançar nas ciências e na educação, enriquecer culturalmente, fomentar uma maior harmonia social e melhorar a qualidade de vida do povo chinês” Livre tradução da autora.

⁵⁵ O modelo de industrialização chinês e a necessidade de mudança foram abordados de maneira mais detalhada no capítulo anterior.

ordem já constituída, o que resultaria na manutenção do sistema liberal, mas sob a liderança chinesa. O autor é enfático ao afirmar que o caminho para a ascensão de um poder mundial, necessariamente, é feito através da ordem Ocidental e das instituições econômicas multilaterais.

A crescente participação da China em organizações internacionais governamentais, que passou, de acordo com Saich (2004), de vinte e uma para cinquenta e uma, entre 1977 e 1996, corrobora a assertiva de Ikenberry (2008). Deve-se fazer a ressalva, todavia, de que Saich (2004) lembra que o ingresso progressivo nos organismos internacionais não foi acompanhado por um aumento na mesma medida da participação efetiva nesses. Isso se deveria, justamente, ao fato de a China ver “as regras do jogo” como beneficiárias exclusivamente dos interesses ocidentais, em especial dos EUA.

O fato de a China utilizar-se das organizações internacionais e do sistema liberal como um todo, entretanto, não é sinônimo de que ele manterá tal organização do sistema mundial, caso torne-se um *hegemon*. Podemos, portanto, afirmar que a China está integrando-se as regras do sistema construído sob a hegemonia norte-americana, mas não que essas regras manter-se-ão no futuro, ou que a ascensão chinesa não provocará uma alteração nessa configuração.

Nada obstante não seja objetivo do trabalho analisar as relações bilaterais entre China e EUA, é inevitável que se aborde a questão, haja vista que os EUA são o principal poder desafiado pelo desenvolvimento chinês, e que os dois mantêm relações bastante próximas. Na visão de Xuetong (2006), ser a China um dos grandes poderes no pós-Guerra Fria, torna-a, quase automaticamente, uma oponente dos EUA. Segundo Mahbubani (2005), devemos considerar a relação desigual de força existente entre os EUA e a China, pois enquanto a última ainda pode fazer pouca coisa que leve a desestabilidade política dos EUA, este tem um poder bem maior de desestabilizar a China. Há, todavia, uma relação de interdependência muito forte entre os dois, especialmente econômica.

Para Ikenberry (2008), os EUA deveriam esforçar-se para promover a integração da China no sistema que, em certa medida, foi construído sob a sua liderança, o que colaboraria para um desenvolvimento pacífico chinês e evitaria uma possível transição

conflituosa, como prevê Mearsheimer (2001). Mahubani (2005) ressalta que a idéia de que o progresso econômico não está, necessariamente, ligado a conquistas militares, corrobora a visão de progresso defendida pelos EUA desde a Segunda Guerra Mundial. A China estaria seguindo, em certa medida, o *East Asian Way*, no qual a reforma política é um longo processo resultante do desenvolvimento econômico; não se pode esperar, portanto, que a China faça grandes mudanças na sua estrutura institucional de maneira repentina, nem que tal evolução leve a construção de uma democracia nos moldes ocidentais.

Os EUA, segundo Kang (2007), teriam duas alternativas frente à expansão chinesa. Ele pode tentar manter-se o único *hegemon* regional, consolidando a sua influência na Ásia. A segunda alternativa seria promover a cooperação entre os países asiáticos, fazendo ou não parte desta. A forma como EUA e China modelarem suas relações, competindo militarmente ou encontrando um *modus vivendi*, determinará a estabilidade ou não da região. A Ásia, portanto, pode ser vista como uma amostra da relação entre EUA e China de um modo geral; pode-se esperar que o comportamento dos dois Estados na região, em certa medida, reflita suas percepções e intenções de um em relação ao outro.

O Japão é apontado pelos autores como o país que, além dos EUA, está mais fortemente preocupado com a escalada chinesa. A proximidade geográfica dos dois países justifica a preocupação, mas não é o único fator relevante. Segundo Kornberg e Faust (2005), a China já é um dos principais poderes militares no mundo, e seus gastos crescentes não são bem vistos no Japão. Se a China visa tornar-se um *hegemon*, o Japão seria seu principal oponente, liderando uma coalizão contra a China que, por óbvio, incluiria os EUA. Kang (2007) utiliza o paradoxo quente e frio para descrever as relações econômicas e políticas entre China e Japão, enfatizando a característica “quente” das relações econômicas e “fria” das relações políticas. Segundo o autor, a interdependência econômica entre os dois Estados não gerou *spillovers* políticos, resultando em um fortalecimento da aliança estratégica Japão-EUA.

Xuetong (2006) considera que esse período de ascensão mais recente da China iniciou-se em 1993, quando o país, em certa medida, saiu do isolamento internacional pós-

Tiananmem, e sustentou um crescimento econômico expressivo. Se o país não enfrentar nenhuma crise política, é provável que ele alcance o *status* de *hegemon*. O autor, contudo, levanta uma possibilidade ignorada por muitos acadêmicos quando avaliam a ascensão chinesa: a consolidação da integração política da União Européia, que pode surgir como um novo ator político importante, alcançando, segundo Xuetong (2006), o mesmo patamar da China.

4.2 A Questão Militar

4.2.1 O Exército de Libertação Popular (ELP)⁵⁶: estrutura e comando

As Forças Armadas da China são formadas pelo Exército da Libertação Popular (ELP), a Polícia Armada do Povo, e a Milícia. A análise do trabalho, todavia, voltar-se-á para o Exército da Libertação Popular (ELP), por ser a força que tem maior projeção internacional, e, portanto, a mais relacionada com a ascensão chinesa. A Polícia Armada do Povo foi criada em 1982, e é coordenada pela Comissão Militar Central (CMC) e pelo Conselho de Estado, suas funções concentram-se na manutenção da ordem interna e na proteção do Partido e de seus membros. A Milícia complementa as funções da Polícia Armada do Povo. A composição das Forças Armadas Chinesas pode ser melhor compreendida na figura 1.(CHINA-MILITARY AFFAIRS)

⁵⁶Adotou-se a tradução Exército da Libertação Popular por ser o utilizado pela Embaixada da República Popular da China no Brasil, mas encontra-se na literatura também a tradução Exército da Libertação do Povo.

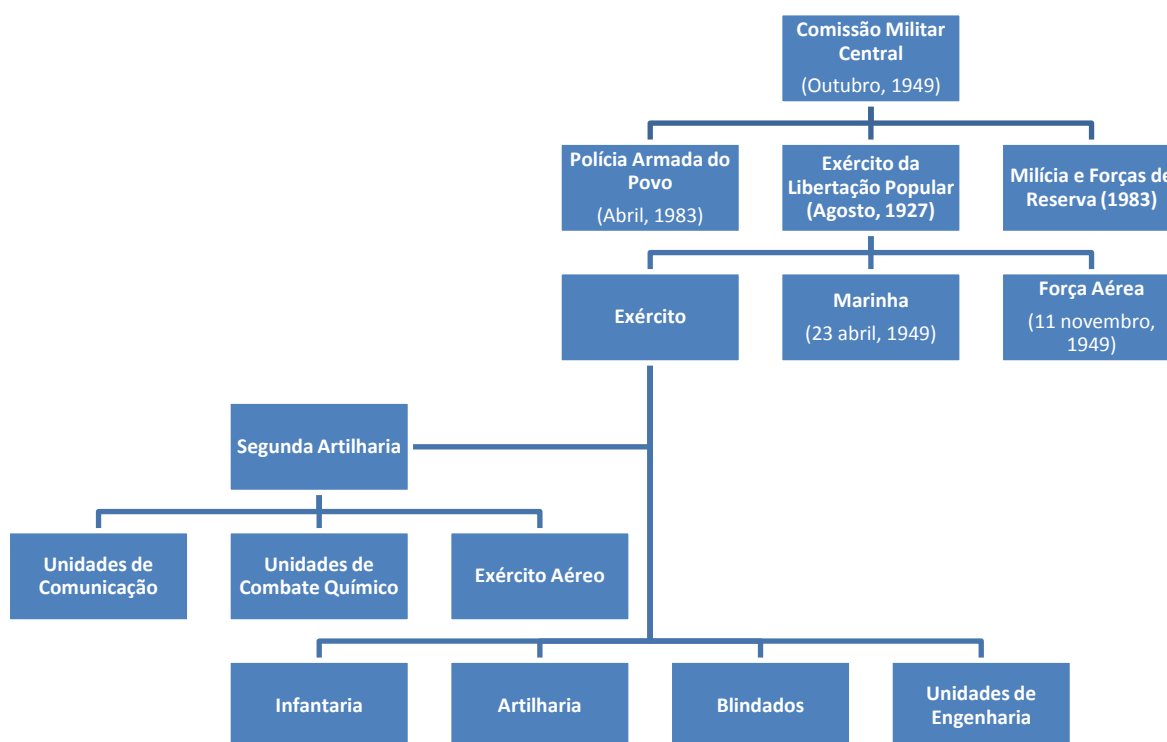


Figura 1: Organização das Forças Armadas da China (Fonte: Adaptado de CHINA-MILITARY AFFAIRS)

O ELP foi fundado em agosto de 1927 pelo Partido Comunista da China. Inicialmente, havia apenas a Força Terrestre. A Marinha e a Aeronáutica só foram fundadas mais de vinte anos depois, a primeira em abril de 1949 e a segunda em novembro do mesmo ano. Mais tarde, em julho de 1966, foi fundada a Segunda Artilharia, e, em 1983, a Força Reserva do ELP. A China é dividida em sete áreas de comando militar: Shenyang, Beijing, Lanzhou, Jinan, Nanjing, Guangzhou e Chengdu. (PEOPLES DAILY ONLINE-ORGANS)

A Força Terrestre do ELP é composta pela infantaria, blindados, artilharia, defesa aérea, engenharia, defesa química e comunicação. A Marinha possui unidades de submarinos, de superfície, de porta-aviões, de defesa aérea, e defesa costeira, e unidades

especializadas. Ressalte-se que os submarinos nucleares ficam sob o comando direto da CMC. Assim como o Exército, também tem unidades de engenharia, defesa química e comunicação. A Força Aérea conta igualmente com as unidades especializadas das demais Forças Armadas, e adota um sistema que combina aviação com ataque terrestre, denominado “terra-ar”⁵⁷. As forças nucleares, embora também presentes em outros setores do ELP, concentram-se na Segunda Artilharia, cuja principal função é evitar o uso de armas nucleares contra a China e, no caso de ataque, coordenar, sozinho ou em união com as demais Forças Armadas, o contra-ataque. As Forças Armadas ainda contam com unidades específicas, as forças de operações especiais (FOS), especializadas em ações rápidas. (PEOPLES DAILY ONLINE-ORGANS)

O comando do ELP é feito pela CMC, órgão do Partido Comunista Chinês. A CMC é dividida em quatro setores: os Comandos Centrais do Exército, O Ministério da Defesa, os Comandos Centrais das demais Forças Armadas e os Comandos Militares de Área. Os Comandos Centrais do Exército são quatro: o Comando Geral, responsável pela organização das Forças Armadas e pelas ações militares no país; o Departamento de Política, responsável pelas atividades militares do Partido; o Departamento Logístico, que coordena os assuntos pertinentes relacionados às Forças Armadas; e o Departamento de Armamentos, responsável pelo suprimento armamentista. (CHINA-MILITARY AFFAIRS)

O Ministério da Defesa é um órgão do Conselho de Estado. O Ministro tem a função de administrar unificadamente as Forças Armadas do país, sem, contudo, comandá-las. Os Comandos Centrais da Marinha, Aeronáutica e Segunda Artilharia, por sua vez, exercem funções administrativas específicas de cada força armada. Por fim, os Comandos Militares de Área são controles regionais, responsáveis pela atuação local das Forças Armadas como um todo, e correspondem as divisões das áreas de comando militares já citadas. (CHINA-MILITARY AFFAIRS)

Existem, ainda, comandos militares provinciais e comandos militares das prefeituras. Ambos servem, simultaneamente, como comandos militares e departamentos do Partido para atividades militares. Ficam, portanto, sob a dupla liderança do comando

⁵⁷ No original, “ground-to-air”.

militar imediatamente acima, e do Partido diretamente; ainda que, em última instância, seja o Partido que comande as Forças Armadas como um todo. As competências da CMC, do Ministério da Defesa e do Conselho de Estado em matéria militar estão ilustradas na figura 2. (CHINA, 2006)



Figura 2: Competências Militares (Fonte: Adaptado de CHINA-MILITARY AFFAIRS)

A atuação do ELP é bastante peculiar, como ressalta Saich (2004), não se limitando a um exército bem equipado ou bem treinado, como os Ocidentais. Ao contrário disso, abrange um campo bem mais extenso de atividades, tendo, inclusive, um histórico

de envolvimento com os negócios. Nos anos noventa, o ELP chegou a administrar em torno de dez mil empresas, incluindo fábricas farmacêuticas e hotéis, com ganhos estimados em cinco bilhões de dólares. De acordo com Kornberg e Faust (2005), uma das justificativas desse envolvimento seriam os baixos recursos financeiros destinados ao exército até o início da década de noventa. A questão mais preocupante, contudo, seria a venda de armas no comércio internacional, especialmente no Oriente Médio e na Ásia, feita por unidades militares do exército chinês.

Merece destaque o fato de o ELP estar sob o comando do Partido Comunista Chinês, e não do Estado chinês, como acontece na maioria dos países. Além disso, figura entre as funções do ELP, oficialmente declaradas, constituir importante fonte de força para a consolidação da posição do Partido Comunista Chinês e manter a unidade nacional (CHINA, 2006a). Em outras palavras, o Exército serve ao Partido e não ao país, configurando-se uma das principais forças de sustentação e legitimação deste.

4.2.2 A Modernização do ELP, os Gastos Militares e a Ascensão Chinesa

O final da Guerra Fria e o fim da União Soviética marcam a adoção de uma nova posição estratégica e militar da China, que não mais precisa preocupar-se com a ameaça soviética nas suas fronteiras. Ademais, a retirada de algumas tropas norte-americanas da Ásia também foi positiva para a China, que se vê, então, em uma possível posição de influência na região. É no início da década de noventa, portanto, que a China passa a ter gastos militares mais expressivos que, desde então, têm aumentado em uma média de 15% ao ano, com crescimentos mais significativos nos últimos anos. (KORNBERG E FAUST, 2005)

Dornelles Jr (2008) acrescenta, ainda, dois fatos motivadores do início da modernização, que oficialmente teria iniciado em 1985 com o lançamento da doutrina de Guerra Local ou Limitada, apenas em 1989: as condições econômicas e o fator político. A destinação de maiores recursos para o setor militar só poderia iniciar-se com a melhora da condição econômica do país, ocorrida a partir de 1989. Além disso, foi neste ano que ocorreu a ocupação do cargo de Secretário Geral do Partido por Jiang Zemin, cargo até

então ocupado por Deng Xiaoping. Considerando-se o fato de Zemin não contar com o mesmo prestígio de seu antecessor, o aumento dos gastos militares podem ser entendidos como uma estratégia de consolidação do seu poder.

Da mesma maneira que são vários os motivos do início do processo de modernização militar, também são muitos os fatores que condicionam sua direção e seu ritmo. Shambaugh (2006) destaca dois grandes grupos de condutores do processo de modernização militar chinesa, os contextuais e os diretos. Os condutores contextuais referem-se a questões que influenciam o ambiente de segurança da China e a sua percepção sobre as ameaças externas e seriam basicamente: Taiwan, e os possíveis conflitos envolvendo a Ilha e os EUA; as aspirações a *hegemon*, nas quais se destacam as participações nas missões de paz da ONU e o aumento da diplomacia militar; o contexto de segurança regional, que apesar de caracterizar-se por relações positivas da China com seus vizinhos, possui focos de tensão, quais sejam, Taiwan, Coreia do Norte e a aliança Japão-EUA; a presença norte-americana na sua vizinhança, especialmente através das alianças bilaterais; e as necessidades energéticas, que se relacionam com as questões militares tanto pelo aumento do consumo gerado pela modernização do ELP, quanto pela função do exército de garantir a manutenção dos fluxos de abastecimento, principalmente os marítimos. Já os condutores diretos estão relacionados a questões mais internas do país, e que não podem ser ignoradas, por constituírem elementos determinantes no processo de determinação. O autor destaca quatro: os recursos financeiros, a tecnologia, o aspecto político e a doutrina militar. O primeiro será analisado mais adiante. Os aspectos tecnológicos dizem respeito, principalmente, ao complexo industrial militar chinês, que ainda é precário, mas apresentou avanços significativos a partir de 2001, com o desenvolvimento de tecnologias mais próximas das indústrias européias e norte-americanas. A questão política relaciona a modernização do ELP com o fortalecimento e a legitimação do poder do Partido, ainda a participação política do Exército seja bastante reduzida. Por fim, a doutrina militar e a política de defesa nacional⁵⁸ são, em última instância, os principais determinantes do enfoque que a modernização terá.

⁵⁸ Shambaugh (2006) faz interessante diferenciação entre o termo utilizado para a doutrina militar e o para política de defesa. De acordo com o autor, Guerras Locais sob Condições de Alta Tecnologia e Informação refere-se a doutrina militar, enquanto o termo Revolução nos Assuntos Militares reflete a incorporação da doutrina militar pela política de defesa.

Uma maneira alternativa de avaliar os impulsionadores do processo de modernização é utilizada por Chambers (2007), dividindo-os em ameaças externas e problemas domésticos. Embora os primeiros assemelhem-se aos condutores contextuais e os segundos, aos condutores diretos, de Shambaugh (2006), eles não são totalmente coincidentes. Chambers (2007) acrescenta ao primeiro grupo as disputas territoriais com a Índia, com países vários países sobre ilhas no Mar da China Meridional e com o Japão sobre as Ilhas Diaoyu, e as questões não-tradicionais de segurança (ou novos temas), como tráfico de droga e o terrorismo. Quanto às questões internas, Chambers (2007) coloca juntamente com Taiwan, os problemas separatistas do Tibet e da região de Xinjiang, além dos problemas de legitimidade do Partido. Note-se que o autor ainda acrescenta uma terceira categoria de condicionantes, as obrigações e regimes internacionais, os quais poderiam estar incluídos na primeira categoria, e que, à exceção das missões de paz da ONU, não têm grande influência na política de segurança da China.

De acordo com o *China's National Defense 2006*, a estratégia de modernização da política de defesa nacional e das forças armadas consiste em três etapas sucessivas: estabelecer bases sólidas até 2010; em seguida, obter maiores progressos até 2020; por fim, até a metade do século vinte e um, alcançar o objetivo estratégico de construir forças armadas informatizadas. Consoante esses fins, a política de defesa nacional é definida em seis pontos. Em primeiro, está a manutenção da segurança, da unidade e da integridade territorial do país, incluindo ameaças internas e externas. A coordenação do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento militar e a modernização das forças armadas é o segundo ponto. A própria modernização do ELP, com o desenvolvimento de tecnologias e a informatização da capacidade das forças armadas, constitui outro aspecto da política de defesa. Em quarto, está o desenvolvimento da estratégia de defesa ativa, com o desenvolvimento do último estágio da doutrina militar chinesa, as Guerras locais sob Condições de Alta Tecnologia e Informação⁵⁹, além de questões mais específicas para cada uma das forças armadas, que serão tratadas em seguida. O quinto ponto refere-se à estratégia nuclear, baseada na autodefesa e no princípio de não utilizar a força nuclear primeiro, o *no first use*, e que tem por objetivo dissuadir o inimigo de usar armas nucleares

⁵⁹ De acordo com Shambaugh (2006), a evolução da doutrina militar chinesa passa por cinco estágios: Guerra do Povo (1935-79), Guerra do Povo sob Modernas Condições (1979-85), Guerra Local ou Limitada (1985-91), Guerra Local sob Condições de Alta Tecnologia (1991-2004) e Guerra sob Condições de Alta Tecnologia e Informação (2005-).

contra a China. Vale ressaltar a afirmação do governo de que a China nunca entrou nem entrará em uma corrida armamentista nuclear com nenhum país. Por fim, é reafirmada a posição pacífica da China, a característica defensiva da ação militar chinesa, e a atuação de acordo com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e os princípios da Carta da ONU.

A modernização das Forças Armadas e da política de defesa, também tratada por Pequim como “revolução das questões militares”⁶⁰, consiste em diversas medidas, não se limitando ao emprego e desenvolvimento de novas tecnologias e ao treinamento da força humana. Shambaugh (2006) enfatiza a redução do contingente, mais significativo nas Forças Terrestres, aspecto também ressaltado pelo *China's National Defense 2006*. O autor também ressalta a prioridade dada a Marinha, justificada pela questão de Taiwan, e o sucesso da Segunda Artilharia e da produção de mísseis. Já Blasko (2005) acrescenta a ênfase nas operações conjuntas, a modernização do sistema logístico e a melhora no padrão de vida dos soldados. Evidentemente, os investimentos na aquisição e produção de novos e mais modernos armamentos é um dos aspectos mais destacados dessa modernização⁶¹, estando entre os objetivos do governo chinês, o aumento da capacidade de inovação na fabricação de equipamentos e armamentos e de suporte para os equipamentos já existentes (CHINA, 2006a).

O processo de modernização pelo qual o ELP está passando envolve papéis e estratégias para cada Força Armada. O foco das Forças Terrestres são os combates ofensivos, baseados nos conceitos de “batalha profunda”⁶², que envolvem o combate não-linear, as operações contínuas e a alteração rápida entre combate ofensivo e defensivo, além da participação nas operações especiais. A atuação da Marinha está voltada para a proteção dos recursos marítimos e das linhas de comunicação, além disso, evidentemente, tem o objetivo de demonstrar força para Taiwan e seus apoiadores. A Aeronáutica, por sua vez, está centrada, simultaneamente, no aprofundamento de sua capacidade defensiva e no desenvolvimento da sua capacidade ofensiva nas operações conjuntas. A Segunda Artilharia está focada no fortalecimento da sua estrutura através do uso conjunto de mísseis tradicionais e nucleares. (DEPARTMENT OF DEFENSE-USA, 2006; CHINA, 2006a)

⁶⁰ No original, “revolution in military affairs”.

⁶¹ Para uma análise detalhada da modernização dos armamentos chineses ver Department of Defense-USA (2006) e Blasko (2005);

⁶² No original, “deep battle”.

A análise do orçamento militar de um país, em geral, é bastante útil para investigarmos a sua capacidade militar. No caso da China, todavia, os dados devem ser utilizados com ressalvas, tendo em vista que as informações oficiais divulgadas não são claras, e as estimativas feitas variam muito. Ainda assim, os gastos militares são importante fonte para o estudo da modernização do ELP e da ascensão chinesa. Segundo Bitzinger (2003), o orçamento de defesa chinês pode indicar, pelo menos, quatro coisas: a intenção, no longo prazo, de modernização das Forças Armadas; a comparação com os gastos dos demais países; as prioridades na modernização; e a capacidade militar futura do país. Para tanto, é preciso considerar não só os números absolutos, como também a distribuição dos gastos, e o percentual do PIB.

Os gastos chineses com defesa, ainda que consideremos apenas os dados oficiais, são bastante expressivos. Em 2007, o orçamento oficial alcançou 347,2 bilhões de Yuans, e estima-se que em 2008 chegue a 409,94 bilhões de Yuans, representando um aumento de 17,7% em relação ao no passado, e 6,9% dos gastos governamentais (People's Daily Online, March 2008). Nada obstante, considerados os investimentos em defesa em termos de percentual do PIB, os gastos chineses correspondem, na média, a 1,5%; comparados, por exemplo, ao investimento americano, que gira em torno de 4% do PIB, mostram-se ainda baixos. Tais gastos se comparados ao PIB do país evidenciam a preocupação em fortalecer a economia antes de aumentar os investimentos militares, indo ao encontro da idéia de Kennedy (1989), de que a China aumentará progressivamente os gastos militares, em uma estratégia de longo prazo. A observação do gráfico 1, com as projeções do PIB dos EUA e da China, corrobora tal assertiva. A divisão deste orçamento, segundo Dornelles Jr. (2008), é bastante equilibrada, sendo em torno de 33% para cada setor: investimento em equipamentos, despesas com pessoal e treinamento e manutenção. O autor ressalta, contudo, que o aumento dos gastos tem sido maior com os equipamentos e, em seguida, com o treinamento, demonstrando a prioridade dada a esses setores.



Gráfico 1: Comparação do PIB dos EUA e da China (Fonte: Adaptado de Maddison, 2007)

Alguns autores, como Dornelles Jr. (2008) e Bitzinger (2003), destacam os vários tipos de gastos que não são inclusos nos números divulgados pelo governo chinês, como a importação de armamentos, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, os gastos com a Polícia Armada do Povo (PAP), os subsídios governamentais para a indústria armamentista e os lucros das empresas administradas pelo ELP. A ausência de informações precisas acerca desses dados, ao mesmo tempo em que corrobora as afirmações de que o orçamento de defesa chinês é maior do que o divulgado oficialmente dificulta uma estimativa precisa do valor exato dos gastos. Bitzinger (2003) afirma que as estimativas variam entre 1,7 e 10 vezes o valor oficial. O gráfico 2 faz um comparativo entre os valores divulgados por Pequim e a estimativa feita por um instituto internacional, na qual os gastos da China em defesa seriam, na média, 1,6 vezes maior que o declarado.

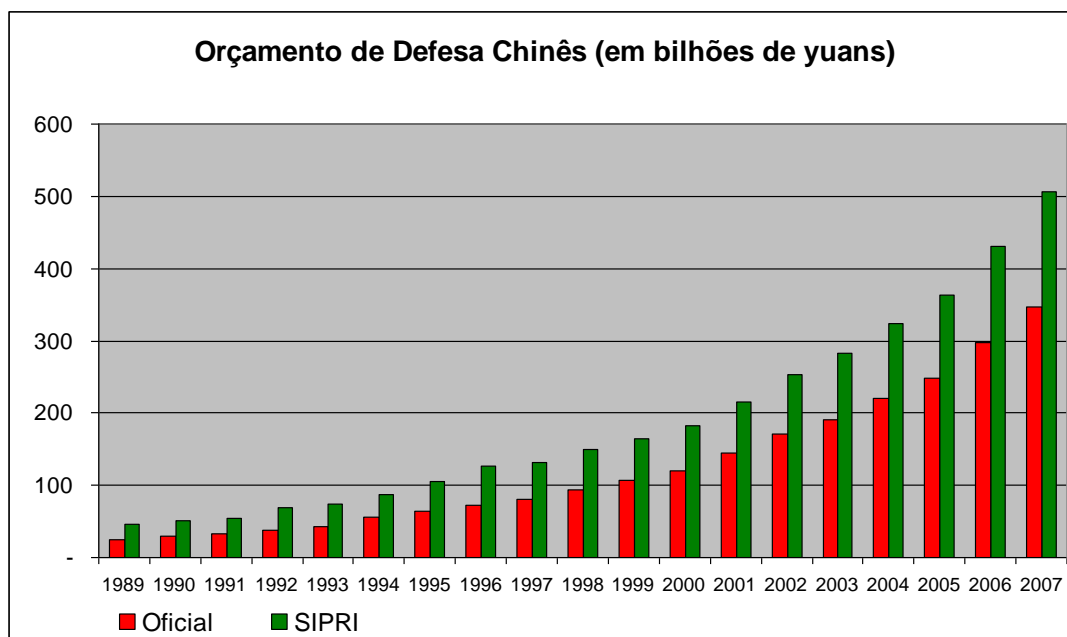


Gráfico 2: Orçamento de Defesa Chinês (Fontes: National Bureau of Statistics of China; Stockholm International Peace Research Institute)

Podemos concluir com certeza, com base no orçamento militar chinês, portanto, apenas duas coisas: que há uma tendência de longo prazo de crescimento nos gastos do país com o setor militar, e que esses gastos são maiores do que o divulgado oficialmente. Não há como afirmar, todavia, o tamanho exato desse crescimento, nem dimensionar o quão maior são os investimentos chineses além do orçamento oficial.

Enquanto os impulsionadores da modernização militar da China são, em certa medida, claramente identificáveis, o mesmo não acontece quando buscamos analisar os objetivos desse processo. Segundo as declarações oficiais (CHINA, 2006a; 2007a), a China estaria seguindo uma política de defesa de natureza defensiva, visando apenas garantir a sua integridade e unidade territorial, e a modernização e aumento dos gastos militares seria condizente com esse fim, não representando, portanto uma ameaça. As intenções não declaradas, contudo, são objeto de investigação de muitos acadêmicos e membros de outros governos, em especial o norte-americano. Dornelles Jr. (2008) defende que o principal objetivo militar da China, no curto prazo, é dissuadir o governo de Taiwan de tentar a independência e, não conseguindo, ser capaz de evitar, ou pelo menos retardar, a entrada dos EUA em um eventual conflito com a Ilha.

Para Joffe (2007), todavia, a modernização militar da China vai além da questão de Taiwan. A China estaria, segundo o autor, visando um papel de liderança regional e o reconhecimento do seu *status* de potência. A força militar constituiria um dos dois pilares, o outro seria os atributos físicos⁶³, que sustentam a busca por esses objetivos. Godwin (2006, p.112) compartilha a posição de Joffe (2007), afirmando que

It's reasonable conclude that China's defense programs, especially the intent to develop an indigenous capability to design and manufacture any defense items Beijing believes it requires, are calculated to make China Asia's dominant military power.⁶⁴

Shambaugh (2006) acrescenta, ainda, que, embora o hiato de poder militar entre a China e os EUA ainda seja grande, o mesmo não acontece regionalmente, onde, tecnologicamente, ele o poder militar da China se equipara aos dos demais países, e, numericamente, supera todos. Podemos acrescentar, também, o fato de os EUA estar diminuindo a sua presença militar e econômico no Sudeste Asiático, enquanto a China está aumentando (KANG, 2007). Tais posições vão ao encontro da teoria de Mearsheimer (2001), que vê no desenvolvimento político-econômico-militar da China uma trajetória que pode torná-la um *hegemon* regional potencial.

4.3 A Estratégia Diplomática⁶⁵

4.3.1 Linhas Gerais da Política Externa e Ponto de Mudança

Um dos aspectos mais importantes da estratégia de desenvolvimento pacífico da China é a condução de sua política externa. As bases dessa política externa remetem ao

⁶³ Os atributos físicos considerados pelo autor são: território, população e localização geográfica.

⁶⁴ “É razoável concluir que os programas de defesa da China, especialmente o intento de desenvolver uma capacidade interna de conceber e produzir qualquer item de defesa que Pequim acredita precisar, são calculados para fazer da China o poder militar dominante da Ásia.” Livre tradução da autora.

⁶⁵ Para os fins desse trabalho, utilizaremos a definição de diplomacia de Morgenthau (1986, p.177): “Mediante el término ‘diplomacia’, [...] nos referimos a la formación y ejecución de la política exterior en todos los niveles, ya sean los más altos o los más subordinados.” “Mediante o termo ‘diplomacia’, [...] nos referimos à formulação e execução da política exterior em todos os níveis, que os mais altos ou os mais subordinados.” Livre tradução da autora

Tendo por base a definição de Morgenthau, juntamente com a definição mais ampla de diplomacia, apresentada por Plano e Olton (1969, p.213), na qual “Diplomacy may involve the entire foreign relations process, policy formulation as well execution. In this broad sense, a nation's diplomacy and foreign policy are the same.” “Diplomacia pode envolver a totalidade do processo de relações internacionais, tanto formulação política como execução. Nesse sentido amplo, a diplomacia de uma nação e a sua política externa são a mesma coisa” (Livre tradução da autora); e a atuação internacional da China, que é fortemente influenciada pela política externa determinada pelo governo, mesmo quando se tratam de agentes privados, ao longo do trabalho, utilizaremos o termo diplomacia no sentido de aplicação direta, teórica ou prática, da política externa, não nos valendo, portanto, de seu sentido mais amplo e técnico.

sentimento de identidade nacional chinesa, e caracterizam-se por uma atuação pragmática, centrada no poder nacional e nas condições do sistema internacional. Não constitui, portanto, uma visão ideológica, como poderia esperar-se, tendo em vista o fato de que o Partido Comunista Chinês governa o país há quase sessenta anos. (KANG, 2007)

A síntese das linhas gerais da política externa chinesa está nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica estabelecidos em dezembro de 1953, pelo Ministro das Relações Exteriores chinês Zhou Enlai, quando das negociações de paz entre China e Índia sobre o Tibet. Os Cinco Princípios são respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefícios mútuos, e coexistência pacífica. São esses os princípios que norteiam, em maior ou menor medida, até hoje, as ações externas da China, e que corroboram a estratégia de crescimento pacífico do país. (MOFA-CHINA, 2001)

Para Jiemian (2008), o conceito de “mundo harmonioso”⁶⁶, utilizado pela primeira vez em abril de 2005, pelo Presidente Hu Jintao, deriva dos Princípios de Coexistência Pacífica. Segundo o autor, o conceito nasceu de uma necessidade do país de traçar uma estratégia compatível com o contexto internacional atual, e que trouxesse uma idéia aceita universalmente, de redução das tensões e dos conflitos. A idéia de “mundo harmonioso” seria um dos princípios norteadores da estratégia de atuação internacional chinesa, e envolve uma ascensão da diplomacia para um nível teórico mais avançado, representando, ao mesmo tempo, os objetivos do governo chinês, e os anseios de toda a sociedade internacional. Nesse sentido, vale lembrar os principais pontos estabelecidos pelo *China's Peaceful Development Road* no que tange ao desenvolvimento de um mundo harmonioso. Segundo o documento, a China deve concentrar-se na promoção da democracia e da igualdade; na defesa dos benefícios mútuos para alcançar o desenvolvimento comum; no incremento do diálogo e da tolerância entre as nações; e no desenvolvimento da confiança mútua, baseada em um novo conceito de segurança definido como

[...] featuring mutual trust, mutual benefit, equality and coordination, build a fair and effective collective security mechanism aimed at jointly preventing conflict and war, and cooperate to eliminate or reduce as much as possible threats from such non-traditional

⁶⁶ No original, “harmonious world”.

security problems as terrorists activities, financial crises and natural disasters, so as to safeguard world peace, security and stability.⁶⁷ (CHINA, 2005a, p12)

Cheng (2006) destaca que esse novo conceito de segurança serve como base para a cooperação entre a China e as demais potências, contribuindo para a formação de uma moldura para a condução das relações internacionais chinesas.

Rana (2005) ressalta o fato de que a diplomacia chinesa tem algumas peculiaridades, como a ênfase na construção de laços pessoais entre os líderes políticos dos países, iniciada por Zhou Enlai. É de se notar, também, a postura mais ativa dos jovens diplomatas, em contraposição a tradicional postura reativa do corpo diplomático chinês, e as suas expressivas qualificações, fruto da alta competitividade na disputa dos cargos.

Apesar de ser constituída por princípios universais e apresentar uma constância desde o estabelecimento da República Popular da China em 1949, a política externa chinesa apresentou mudanças significativas nas últimas décadas. Para Saich (2004), três fatos especiais marcam a política externa da China, são eles: o final da Guerra Fria, a entrada na OMC e os atentados terroristas de onze de setembro. Com o final da Guerra Fria, a China deveria ajustar-se a nova organização do sistema de poder mundial, agora não mais bipolar, e buscar uma nova posição além da divisão ideológica. De certa maneira, tal nova situação era positiva para o país, pois poderia defender mais eficientemente seus interesses nacionais sem vinculá-los a considerações ideológicas. Outro reflexo dessa nova estrutura do sistema de poder mundial seria a diminuição dos interesses da China nos conflitos dos países periféricos; esse interesse, quando há, agora está relacionado a questões econômicas, como a oferta de petróleo, e não com o equilíbrio de poder de maneira direta. A entrada na OMC significou um forte progresso na integração da China com a economia mundial e a demonstração dos líderes chineses de que estão dispostos a ocupar um lugar chave no cenário internacional. Os atentados de onze de setembro deram um novo alento as relações dos EUA com a China, vista como uma cooperadora da “Guerra contra o terror” e uma ameaça bem menor do que os terroristas da Al-Qaeda.

⁶⁷ [...] caracterizando a confiança mútua, benefícios mútuos, igualdade e coordenação, construir um mecanismo de segurança coletiva efetivo e justo, que visa conjuntamente a prevenção de conflitos e de guerra, e cooperar para eliminar ou reduzir o máximo possível tais ameaças, oriundas dos problemas de segurança não-tradicionais, como as atividades terroristas, as crises financeiras, e as catástrofes naturais, de forma a salvaguardar a paz mundial, a segurança e a estabilidade. Livre tradução da autora

Já para Goldstein (2001), o momento de mudança mais significativa na política externa chinesa foi a partir da metade da década de noventa. As justificativas utilizadas pelo autor são alguns fatos ocorridos no início da década que alteraram o contexto internacional e doméstico da China, provocando uma mudança de postura. Entre esses fatos está o final da Guerra Fria, o crescimento econômico do país mais acelerado, e a crescente desconfiança dos demais países, especialmente os asiáticos e os EUA, em relação ao comportamento da China da região, destacando-se a questão de Taiwan. A nova situação levou a China a focar a sua atuação diplomática em dois pontos: a tranquilização dos vizinhos chineses quanto a sua postura na região, com uma melhora da reputação da China como um país mais cooperativo e responsável; e a construção de parcerias com as grandes potências, evitando uma possível união destas contra a ascensão chinesa a condição de potência.

Medeiros e Fravel (2003) compartilham as idéias de Saich (2004) e Goldstein (2001), acrescentando que a saída do isolamento chinês pós-Tiananmem, deu-se, num primeiro momento, através do incremento das relações bilaterais, e de um subsequente aumento das relações multilaterais, especialmente em nível regional. Assim como Saich (2004), os autores destacam a mudança mais acentuada da diplomacia chinesa após os atentados terroristas de onze de setembro, que passou a concentrar-se nas relações com as potências.

4.3.2 As Novas Ênfases da Política Externa Chinesa

A condução política externa chinesa, como já foi visto, ganhou novos recortes a partir do final da Guerra Fria, especialmente da metade da década de noventa em diante, quando Pequim começou a sair do seu isolamento pós-Tiananmem, e ocupou uma posição mais atuante no cenário internacional. Destacam-se nessa mudança três pontos principais, quais sejam, o aumento da participação nos foros multilaterais, a maior ênfase nas relações com as potências e a utilização da diplomacia como instrumento para garantir recursos essenciais, especialmente energia.

A atuação da China nos foros multilaterais, segundo Pinto (2005), é uma das principais características da diplomacia chinesa atual. Tal fato estaria refletido, em um

primeiro momento, na maior participação das organizações regionais, a exemplo do Acordo ASEAN + 3⁶⁸, que data de 1997, como lembram Medeiros e Fravel (2003). A participação em organizações internacionais, todavia, não ficou restrita àquelas de cunho regional. Especialmente no que tange as organizações internacionais de caráter econômico, Pequim apresentou, segundo Kornberg e Faust (2005), um crescimento gradual no ingresso a foros econômicos internacionais, iniciada com a entrada no FMI e no Banco Mundial, em 1980, considerados importantes auxiliares da manutenção do crescimento econômico chinês. Quanto às organizações de natureza política, contudo, Saich (2004) ressalta que a situação é diversa. A aceitação da China de regimes de regulação econômica internacional é bem maior do que em questões que possam afetar o território ou poder militar; ainda assim, destaca Saich (2004), a aceitação do monitoramento dos direitos humanos pela ONU, a partir do final da década de noventa, demonstra a aceitação tácita da China de que o monitoramento internacional é justificável, não só econômica, mas também politicamente⁶⁹.

O foco na diplomacia multilateral, segundo Goldstein (2001), está relacionado com a nova percepção dos *policemakers* chineses de que os constrangimentos e imposições das negociações multilaterais são preferíveis aos riscos de ser isolada das discussões internacionais e prejudicar a sua reputação. Representa, portanto, uma visão mais prática das relações internacionais e uma maior institucionalização do processo de construção da política externa, visando usufruir dos instrumentos diplomáticos já existentes, com o intuito de garantir a defesa de seus interesses próprios de maneira mais eficaz (MEDEIROS E FRAVEL, 2003). De acordo com Arrighi (2008), a preferência pelo multilateral também pode ser entendida como uma das características do chamado Consenso de Pequim.⁷⁰

A atenção especial dada às relações com as potências acentuou-se, especialmente, após os atentados de onze de setembro. Tal comportamento, segundo Medeiros e Fravel

⁶⁸ ASEAN, juntamente com China, Coreia do Sul e Japão.

⁶⁹ Sabemos que o problema da violação dos direitos humanos na China é bastante complexo, e não defendemos que o simples monitoramento da ONU o tenha sanado. O objetivo da referência a esse fato é apenas para exemplificar o progresso, ainda que pequeno, da aceitação da China do monitoramento de organizações internacionais em questões não-econômicas.

⁷⁰ De acordo com Arrighi (2008), o termo Consenso de Pequim foi cunhado por Joshua Cooper Ramo, e refere-se a um caminho alternativo de desenvolvimento econômico e de inserção internacional liderado pela China.

(2003), é fruto de uma nova percepção do papel da China no cenário internacional, que deixou de lado a imagem de país vítima de um histórico de humilhação e passou a adotar uma “mentalidade de potência”⁷¹. A idéia de construir parcerias⁷² estratégicas com as potências, de acordo com Goldstein (2001), reflete uma visão de um sistema internacional em transição para a multipolaridade, no qual a China pode, e deve, atuar com o intuito de evitar que as demais potências se unam numa aliança estratégica contra ela. A diplomacia multilateral seria vista, portanto, como uma alternativa ao aprofundamento de alianças militares. Evidentemente, essa posição de aproximar-se das potências está bastante relacionada com a relação China-EUA, e, nada obstante a análise desta não figure entre os objetivos desse trabalho, vale lembrar que a relação entre Pequim e Washington alterou-se de maneira significativa e positivamente após o ataque terrorista ao World Trade Center, minimizando as instabilidades geradas desde o início da administração Bush, devido, principalmente, á aproximação entre EUA e Taiwan (SAICH, 2004).

Um dos aspectos mais marcantes da política externa chinesa atual é, sem dúvida, a estratégia de utilizar a diplomacia como meio de garantir acesso a recursos estratégicos, especialmente energia e matéria-prima. Como destacam Zweig e Jianhai (2005), uma necessidade de recursos sem precedentes, resultado de um expressivo crescimento econômico, uma rápida urbanização e um aumento do padrão de consumo de uma parcela da população, está guiando a política externa chinesa. O fato de a China apresentar uma economia centralizada e, em certa medida, guiada pelo governo, facilitaria a adaptação da política externa às necessidades internas do país.

Kornberg e Faust (2005) compartilham a opinião de Zweig e Jianhai (2005), afirmando que a política externa chinesa é claramente determinada por fatores domésticos, em especial a necessidade de manutenção do crescimento econômico para a legitimação da manutenção do Partido no poder. Além disso, a geopolítica, definida pelos autores como a

⁷¹ No original “great-power mentality”.

⁷² A definição de parceria utilizada pelo autor, e adotada no trabalho, é : “[...] building stable bilateral relations without targeting any party; promoting extensive economic intercourse; muting disagreements about domestic politics in the interest of working together on matters of shared concern in international diplomacy; and making official visits routine, especially military-to-military exchanges and regular summit meetings between top government leaders.” Goldstein (2001, p.847) “[...] construir relações bilaterais estáveis sem segmentação de nenhuma das partes; promover extensivas trocas econômicas; silenciar desentendimentos sobre questões internas, no interesse de trabalhar juntos em questões relacionadas à diplomacia; e criar uma rotina de visitas oficiais, especialmente intercâmbios entre militares e encontros regulares entre os mais altos líderes políticos.” Livre tradução da autora.

condução da política externa baseada nos reflexos que os recursos, a localização geográfica e as mudanças tecnológicas geram na capacidade relativa dos Estados, é um dos aspectos chave da política externa da China no pós-Guerra Fria.

A condução da política externa voltada para o fornecimento de recursos também estaria relacionada, consoante Goldstein (2001), ao já citado enfoque no multilateralismo. Segundo o autor, especialmente no que tange aos acordos e foros regionais, o ingresso da China seria uma forma segura de garantir o acesso e o abastecimento de recursos energéticos, especialmente petróleo. Tal posição vai ao encontro da idéia de Zweig e Jianhai (2005), que destacam o forte papel desempenhado pelo governo através de ações que visam aproximar países fornecedores de matérias-primas e energia da China, construindo, assim, uma relação de confiança e reciprocidade que facilita a atuação dos agentes privados chineses nas trocas comerciais e investimentos nesses países. Exemplo disso é a aproximação entre a China e alguns países africanos, que foi analisada no capítulo anterior.

O condicionamento da diplomacia a interesses econômicos, como lembram Zweig e Jianhai (2005), tem como um de seus efeitos o estreitamento de relações com países⁷³ que não respeitam os regimes internacionais e cuja situação política interna é criticada pelos organismos internacionais e por grande parte dos países. A posição da China, todavia, condiz com um de seus princípios básicos da diplomacia, a não interferência em assuntos internos, embora tal comportamento seja alvo de críticas, especialmente por parte dos EUA, que, em grande parte dos casos, aplica sanções econômicas a esses países. Kleine-Ahlbrandt e Small (2008) ressaltam, contudo, que essa postura chinesa está mudando e que, mesmo mantendo relações com esses países, ela tem gerado esforços para promover mudanças internas, exemplo disso, segundo os autores, é o aumento na participação de missões de paz da ONU. Ressalte-se que existem apenas evidências de que há uma mudança ocorrendo, o que não significa dizer que a China romperá com determinados países, tampouco que fará intervenções diretas nos moldes da diplomacia ocidental.

No que tange a atuação diplomática de Pequim, cabe, ainda, lembrar que, de acordo com Bijian (2006), o governo chinês vê o cenário internacional como um ambiente

⁷³ Entre os países citados na literatura especializada está Myanmar, Coréia do Norte, Irã, Sudão e Zimbábue.

de interdependência, de aprofundamento da globalização e de condições favoráveis ao desenvolvimento da China. Essas condições seriam, primeiro, a mudança nas relações entre as potências e a vantagem da China de, através do seu desenvolvimento pacífico, apresentar-se como uma parceria vantajosa para muitos países. Segundo, a cooperação com os países em desenvolvimento e a garantia de uma relação especial e estratégica, significando, para a China, a garantia ao acesso a matérias-primas e energia. Tal fato relaciona-se diretamente com a expansão das relações chinesas com a América Latina e a África, as quais já foram analisadas anteriormente. Terceiro, o ambiente, em parte, favorável de relação com os países vizinhos e a busca pela solução dos conflitos de maneira pacífica. Por último, a preferência pela multilateralidade como importante forma de relação diplomática, o que pode ser observado com a maior participação da China nos fóruns internacionais, questão já tratada anteriormente. Devemos, todavia, ter o cuidado de lembrar que essa suposta visão do contexto internacional é a declarada oficialmente e não necessariamente é aquela que norteia as ações práticas de Pequim.

A política externa chinesa, como já foi demonstrado anteriormente, constitui parte importante da estratégia chinesa de “desenvolvimento pacífico”, servindo, inclusive, a fins bem específicos, como o acesso a mercados fornecedores. Provavelmente, dentre os diversos instrumentos e práticas adotados por Pequim, a atuação diplomática é onde fica mais evidente que as ações chinesas, domésticas e internacionais, estão todas interligadas e são determinadas de acordo com um objetivo maior, que é elevar a China ao *status* de *hegemon* potencial. Segundo Goldstein (2001, p. 858),

In sum, Beijing's central challenge, clearly grasped since 1996, has been to craft a foreign policy that enhances the country's security and facilitates its rise to great power status during an era of American primacy. [...] China's diplomacy thereby serves the political, economic and military needs of the country's grand strategy.⁷⁴

⁷⁴ “Em suma, o desafio central de Pequim, claramente aceito desde 1996, é desenhar uma política externa que promova a segurança do país e facilite a sua ascensão ao *status* de potência em uma era de primazia Americana. [...] A diplomacia da China, assim, serve às necessidades políticas, econômicas e militares da grande estratégia do país.” Livre tradução da autora.

5 CONCLUSÃO

O processo de desenvolvimento econômico e político da China, ao qual o mundo assiste hoje, reflete significativamente na organização do sistema internacional como um todo. Para Jiemian (2008, p. 1),

The upcoming 20 to 30 years are critical to the transformation of the international system, during which China will be in the transitional period from the reactive acceptance of the existent international system to actively shaping the new one. Under the guidance of the concept of the “harmonious world”, China is now defining its position in the transformation of the international system, consummating its views on the international system and promoting the system to forge ahead in the same direction of the history.⁷⁵

A percepção de que o sistema internacional está em um processo de transição e que, portanto, pode ocorrer a emergência de um ou mais *hegemons* potenciais, é compartilhada por outros autores, além de Mearsheimer (2001), como Vizentini (2004), que afirma que o período de desordem pelo qual estamos passando representa uma época de crise e transição, e Tammen e Kugler (2006), cuja defesa é de que, embora os EUA ainda sejam o maior poder militar atual, estaríamos passando por um período de transição de poder. É possível, dessa forma, ante o exposto acima, afirmar que o sistema internacional provavelmente não manterá sua configuração atual e que, no futuro, apresentará uma nova distribuição de poder.

Ao longo do trabalho, apresentamos alguns dos aspectos político-econômicos que compõem, direta ou indiretamente, a estratégia de desenvolvimento pacífico da China. Com tais argumentos, visamos mostrar que, considerando as teorias de Mearsheimer (2001) e Kennedy (1989), essa alteração no sistema internacional já tratada acima, deve-se, em grande parte, a ascensão chinesa. A idéia de que a China está ascendendo como potência no cenário internacional é compartilhada por diversos autores abordados durante o trabalho, além de Mearsheimer (2001) e Kennedy (1989), como Xuotong (2006), Bijian (2005, 2006), Godwin (2006) e Goldstein (2001), os quais se valem dos mais diversos enfoques e argumentos para sustentar suas visões da ascensão chinesa.

⁷⁵ Os próximos 20 a 30 anos são cruciais para a transformação do sistema internacional, durante os quais a China estará em um período de transição da aceitação reativa do sistema internacional existente para ativamente modelar um novo sistema. Sob a orientação do conceito de “mundo harmonioso”, a China está definindo a sua posição na transformação do sistema internacional, consumando as suas visões sobre sistema internacional e promovendo o sistema para avançar na mesma direção da história. (Livre tradução da autora)

Do ponto de vista econômico, a China apresenta claras condições de tornar-se um *hegemon* regional potencial. O seu PIB, segundo as projeções de Maddison (2007), como pode ser visto no gráfico 1, apresentado no capítulo 4, ultrapassará o norte-americanos antes de 2030, tornando-a a maior economia do mundo. Considerando-se que, tanto para Mearsheimer (2001), que considera o PIB o principal indicador do poder latente, quanto para Kennedy (1989), o desenvolvimento econômico é o principal pressuposto para que um país, em um segundo momento, desenvolva seu poder militar, pode-se concluir que a China, se ainda não preenche totalmente tal requisito, o fará em um futuro próximo. Note-se, igualmente, que o 11º Plano Quinquenal (2006-2010) determina que a China deverá manter o seu ritmo de crescimento elevado, fato que corrobora as projeções de Maddison (2007), ao mesmo tempo que demonstra as intenções de Pequim de consolidar o seu papel na economia mundial.

A utilização do PIB como indicador do peso econômico da China, isoladamente, todavia, deve ser feita com ressalvas. Mearsheimer (2001) adverte que a China possui uma grande população rural e que, por isso, o PIB pode revelar uma imagem enganosa da capacidade econômica, ou, nas palavras do autor, de sua balança de recursos. Esse problema, contudo, está cada vez menor, tendo em vista que a população rural da China, que em 1978 era 82% do total, hoje representa pouco mais da metade.⁷⁶ A utilização de informações adicionais minimiza ainda mais esse problema, além de contribuir para um melhor dimensionamento da capacidade econômica chinesa e da sua importância para a economia internacional.

A participação da China no comércio internacional, um dos aspectos mais evidentes da importância econômica internacional da China, aumentou de maneira ainda mais expressiva após a entrada na OMC. A decisão por ingressar na organização e os esforços feitos para que tal fato concretizasse-se refletem a importância, tanto política quanto econômica, que a participação como membro pleno na OMC tem para a China. Ao mesmo tempo em que garante um aumento nas exportações e importações, colabora para a manutenção das altas taxas de crescimento econômico, significa o ápice da política chinesa de integração nos foros internacionais multilaterais. Tornar-se membro da OMC, portanto, contribui para aumentar o poder latente da China e fortalece a sua posição política no

⁷⁶ Dados do China Statistical Year Book 2007.

contexto internacional, majorando significativamente o seu poder de ação em negociações internacionais, bem como seu prestígio. Além disso, é possível relacionar a participação da China nos organismos internacionais com a sua nova posição mais ativa frente ao sistema internacional, como lembrou Jiemian (2008), o que condiz com um dos principais motivos, apontados por Saich (2004), que levaram a China a ingressar na OMC: a necessidade de participar da formulação das principais regras que regulam o comércio internacional.

A relação da China com os mercados emergentes segue uma lógica parecida a da participação na OMC. O fortalecimento dos laços econômicos com a África e com a América Latina, através do comércio e dos investimentos, insere-se na estratégia chinesa de garantir o fornecimento de matérias-primas, em especial recursos energéticos, evitando que a sua escassez de recursos naturais freie o seu crescimento acelerado. Vale ressaltar que a aproximação com a América Latina tem um significado maior, tendo em vista que a região está localizada em uma zona de influência norte-americana, e, portanto, o aumento da presença chinesa significa uma redução da presença dos EUA, o que pode ser visto como um enfraquecimento das bases de sua hegemonia regional. Há desta forma, como lembra Cheng (2006), há uma importância também política bastante significativa nas relações entre China e América Latina. No caso da África, os investimentos em infraestrutura feitos pelo governo chinês, nem sempre através de *joint ventures* como na maioria dos casos da América Latina, são alvo de críticas por uma parte da literatura, como é o caso Servant (2005), que vê nessa aproximação características imperialistas. As intenções imperialistas podem ser questionadas, mas o que nos parece bastante claro é o objetivo chinês de consolidar a sua influência na região africana, garantindo, simultaneamente, segurança energética e apoio político.

Se considerarmos as afirmações de Kennedy (1989), que defende que as alterações no sistema internacional ocorrem, via de regra, primeiro na esfera econômica e depois na político-militar, podemos entender o crescimento econômico acelerado da China, constante a mais de vinte anos, como o primeiro indício da ascensão chinesa. A China estaria adotando, assim, uma estratégia racional de aumentar o poder em todas as esferas, no longo prazo. Essa estratégia está sintetizada no seu projeto de desenvolvimento pacífico, uma clara tentativa de resposta às evidências históricas e teóricas que afirmam que os processos de transição de poder no sistema internacional são conflituosos.

O projeto de ascensão pacífica da China, cuja base encontra-se no *China Peaceful Development Road*, envolve diversos aspectos do desenvolvimento chinês, tanto políticos, quanto econômicos e busca, claramente, relacioná-los com uma possível estabilidade pacífica que seria alcançada com a consolidação da China como potência mundial. Tal argumentação contesta, de maneira sistemática, as teorias de Mearsheimer (2001) e Kennedy (1989), afirmando que a China tem intenções pacíficas e que o seu desenvolvimento econômico e político contribuiriam para a construção de um sistema internacional mais estável, pacífico e harmonioso, e que, portanto, “China’s development will never pose a threat to anyone; instead, it can bring more development opportunities and bigger markets for the rest of the world.”⁷⁷ (CHINA, 2005a, p. 3). A insistência chinesa em afirmar a característica pacífica do seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se apresenta como contraponto as teorias conflituosas de transição de poder, reconhece, ainda que de maneira tácita, as pretensões chinesas de ascender como *hegemon* regional, desafiando a hegemonia norte-americana.

Um dos componentes mais importantes dessa estratégia chinesa de desenvolvimento pacífico é a sua política externa. As três principais ênfases da política externa chinesa atualmente, quais sejam, a preferência pela multilateralidade, o condicionamento da política externa como instrumento para a obtenção de recursos e a ênfase na relação com as potências, são, em maior ou menor medida, ferramentas utilizadas pelo governo chinês para promover o seu desenvolvimento. A participação em foros internacionais multilaterais, cujo um dos exemplos mais importantes é a entrada na OMC, obedece a uma nova lógica diplomática da China, que prefere envolver-se nas discussões multilaterais a ficar isolada das negociações internacionais. É importante lembrar que a preferência pela multilateralidade não significa o abandono das estratégias bilaterais, representa, contudo, o abandono do isolacionismo e a adoção de uma postura mais pragmática. A consolidação da posição chinesa nas negociações internacionais, embora, em um primeiro momento, não pareça estar diretamente ligada as pressupostos teóricos de Mearsheimer (2001) e Kennedy (1989), sob um olhar mais atento revela-se um importante aspecto da construção do poder chinês no cenário internacional, especialmente

⁷⁷ “ O desenvolvimento da China nunca irá constituir uma ameaça para ninguém; ao invés, pode trazer mais oportunidades de desenvolvimento e maiores mercados para o resto do mundo.” Livre tradução da autora

se consideramos o seu lugar como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, o que, segundo Vizentini (2004), aliado a sua indústria aeroespacial, seu sistema autônomo de mísseis e sua capacidade nuclear, a coloca no núcleo do poder mundial.

O condicionamento da política externa às necessidades econômicas, ao mesmo tempo em que caracteriza uma estratégia mais ampla de aumento do poder latente, na qual está inserida a aproximação com as economias emergentes, demonstra, como destacam Medeiros e Fravel (2003), a visão objetiva e pragmática que a China tem das relações internacionais, em uma ausência quase total de posições ideológicas. É, desta forma, mais uma evidência de que a ascensão chinesa à condição de *hegemon* regional não está se dando ao acaso, tampouco é um simples reflexo do desenvolvimento econômico do país, ao contrário, constitui uma estratégia de longo prazo e bem definida pelo governo de Pequim. Nesse mesmo sentido, o foco nas relações com as potências, evidencia a percepção chinesa de sua condição e da necessidade de aproximação com as demais potências do sistema internacional, com o intuito, em última instância, de evitar uma coalizão contrária liderada pelo EUA, ou, simplesmente, minimizar os reflexos da campanha norte-americana de construção da “ameaça chinesa”.

Dentre os fatores políticos analisados ao longo do trabalho, os gastos militares são, sem dúvida, um dos aspectos que mais se relacionam de maneira direta com a ascensão chinesa. Tanto para Kennedy (1989) quanto para Mearsheimer (2001), o poder militar de um país está condicionado pela sua capacidade econômica, ou de acordo com Mearsheimer (2001), o poder latente é o que determina o poder atual. Os gastos militares chineses, embora mantenham um ritmo de crescimento anual significativo, ainda são baixos se comparados aos dos EUA, único *hegemon* regional. Isso pode nos indicar, pelo menos, três coisas: a China ainda não possui capacidade militar para ascender como *hegemon* regional; a China está, muito provavelmente, consolidando o seu desenvolvimento econômico antes de reservar maiores parcelas do PIB para o orçamento militar, evitando assim, que os gastos excessivos com as forças armadas prejudiquem o crescimento econômico; a modernização do ELP é um projeto de longo prazo e, possivelmente, irá se intensificar em um futuro próximo, quando a China, após alcançar o *status* de maior economia do mundo, voltar-se-á para o fortalecimento de seu poder político-militar.

Os crescentes gastos militares chineses, que parecem evoluir no sentido oposto ao do seu projeto de desenvolvimento pacífico, são justificados pelo governo chinês como necessários para a manutenção da sua soberania e integridade territorial, e que, portanto, não representam uma ameaça à estabilidade regional nem ao seu desenvolvimento pacífico. Os argumentos utilizados por Pequim, entretanto, coincidem com os pressupostos da teoria realista ofensiva de Mearsheimer (2001), a qual defende que os Estados visam manter sua integridade territorial e sua autonomia e que a melhor forma dos Estados garantirem sua sobrevivência e aumentando seu poder, principalmente o militar. Ao tentar se contrapor a idéia de que a China tem pretensões hegemônicas, o governo chinês acaba, mais uma vez, evidenciando as suas intenções de longo prazo, ou seja, a sua estratégia de ascensão como *hegemon* regional.

Com o objetivo de analisar os gastos militares chineses como indicação do seu potencial militar, é necessário fazer a ressalva de que os gastos divulgados oficialmente são inferiores aqueles efetuados, tendo em vista que a China não inclui no orçamento divulgado, por exemplo, como a importação de armamentos e os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D). A falta de dados sobre esses gastos não divulgados, todavia, impede que seja feita uma estimativa precisa das dimensões do gasto real chinês com a sua modernização militar. É possível, nada obstante, afirmar que a distância entre os gastos norte-americanos e os chineses é menor do que os números oficiais revelam.

Ao considerarmos que o potencial econômico, no futuro, converter-se-á em potencial militar, é preciso avaliar se a China não permanecerá em um *gap* entre o poder latente e o poder militar, possibilidade destacada por Mearsheimer (2001). Segundo o autor, existiriam três fatores que poderiam levar a esse *gap*: o primeiro é a variação percentual da riqueza que o país utiliza para fins militares; o segundo, a eficiência da utilização dessa riqueza; e, por fim, as diversas formas de força militar existentes. A China não parece encaixar-se nem na primeira nem na segunda possibilidade, tendo em vista que o percentual do PIB chinês destinado aos gastos militares está crescendo gradativamente, que os gastos reais são maiores do que o divulgado e que, como já foi observado anteriormente, a China ainda não está concentrando seus esforços no fortalecimento do seu poder político-militar. Além disso, o processo de aumento do orçamento militar está sendo

acompanhado de uma modernização das forças armadas, e não em um simples aumento de contingente. Quanto à última assertiva, contudo, embora a China ainda se encaixe, já que os seus equipamentos e tecnologias são inferiores aos dos EUA, a tendência é de que esse problema solucione-se à medida que a China avance no processo de modernização, como já está ocorrendo.

A análise dos desses fatores políticos e econômicos que influenciam a trajetória de ascensão chinesa, ao mesmo tempo em que são instrumentos desta, nos permitiu chegar às conclusões acima expostas, as quais podem ser sintetizadas em três grandes aspectos. O primeiro é que o sistema internacional está passando por um período de transição e de rearranjo, o que nos permite depreender que uma nova configuração na distribuição de poder emergirá ao fim dessa etapa de transição. Em segundo, a China apresenta condições para tornar-se um *hegemon* regional potencial, tendo em vista o seu potencial econômico e político, não só atual, como também as projeções do seu futuro próximo, baseadas na análise das intenções, declaradas ou não, do governo chinês. Por fim, considerando as duas conclusões acima, aliadas ao fato de a China apresentar uma estratégia de desenvolvimento político-econômico, podemos também concluir que as alterações no sistema internacional são, em grande medida, devidas à ascensão chinesa e às reações a tal processo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim** – Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BIJIAN, Zheng. The Internal and External Environments of China's Development over the Next Five Years. *In*: GILL, Indermits; HUANG, Yukon; KHARAS, Homi (Eds). **East Asian Visions**. Washington: World Bank, 2006

_____. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. **Foreign Affairs** v.84, n.5, sep/oct, 2005.

BITZINGER, Richard A. Analyzing Chinese Military Expenditures. *In*: FLANAGAN, Stephen J.; MARTI, Michael E. (Eds). **The People's Liberation Army and China Transition**. Washington, DC: National Defense University Press, 2003. Cap. 9.

BLASKO, Dennis J. Chinese Army Modernization: An Overview. **Military Review**, p. 68-74, Set/Oct, 2005.

BLÁZQUEZ-LIDOY, Jorge; RODRÍGUEZ, Javier; SANTISO, Javier. ¿Ángel o demonio? Los efectos del comercio chino en los países de América Latina. **Revista de La CEPAL**, n.90, p. 17-43. Dez/2006.

BRZEZINSKI, Zbigniew; MEARSHEIMER, John J. Clash of the Titans. **Foreign Policy**, v.146, jan/fev,2005.

CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Editora UnB, 1981.

CEPAL. China y India sus relaciones comerciales com América Latina y el Caribe: oportunidades y desafíos. *In*: Rosales, Osvaldo y Kuwayama, Mikio e outros (Org). **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe, 2005-2006**. Santiago do Chile: CEPAL, 2006. Cap. 2.

_____. El reordenamiento económico de Asia y el Pacífico y sus efectos sobre América Latina y el Caribe. *In*: Rosales, Osvaldo y Kuwayama, Mikio e outros (Org). **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2006. Tendencias 2007.** Santiago do Chile: CEPAL, agosto 2007. Cap. 5.

CHAMBERS, Michael R. Framing the Problem: China's Threat Environment and International Obligations. *In*: KAMPHAUSEN, Roy; SCOBELL, Andrew (Eds). **Right Sizing the People's Liberation Army: Exploring the Contour of China's Military.** Washington, DC: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2007. Cap. 2

CHENG, Joseph Y.S.. Latin America in China's Contemporary Foreign Policy. **Journal of Contemporary Asia**, v. 36, nº4, 2006.

CHINA. **China's peaceful development road. 2005.** Disponível em <http://english.people.com.cn/200512/22/eng20051222_230059.html> Acessado em 18/01/2007.

_____. **The new 11th Five-Year Guidelines. 2005b** Disponível em <http://english.gov.cn/2005-11/09/content_247198.htm> Acessado em 09/04/2008.

_____. **China's National Defense 2006.** December. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/194421.htm>>_. Acessado em 26/05/2008.

_____. **The 10th Five-Year Plan (2001-2005). 2006b** Disponível em <http://english.gov.cn/2006-04/05/content_245624.htm> Acessado em 09/04/2008

_____. **China's military capability development moderate, reasonable: Foreign Minister spokesman. 2007** Disponível em <http://english.people.com.cn/200706/21/print20070621_386533.html> Acessado em 26/07/2007.

_____. **China Statistical Year Book 2007b.** Disponível em <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2007/indexeh.htm>> Acessado em 27/08/08.

_____.-MILITARY AFFAIRS. **Organizations of Central Military Commission (CMC)**. Disponível em <http://english.gov.cn/2005-09/02/content_28477.htm> Acessado em 24/05/08

_____. **The Components of Armed Forces**. Disponível em <http://english.gov.cn/2005-09/02/content_28491.htm> Acessado em 24/05/08

CINI, Francesca. La politica della Cina in Africa. **Mondo Cinese**, nº126, Gennaio-Marzo 2006. Disponível em <http://www.tuttocina.it/Mondo_cinese/126/126_cini.htm> Acessado em 23/08/08.

CUNHA, André Moreira; BIANCARELI, André Martins; PRATES, Daniela Magalhães. A Diplomacia do Yuan Fraco. **Revista de Economia Contemporânea**, v.11, n.º3, set/dez 2007.

DECLARATION OF THE BEIJING SUMMIT OF THE FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION 2006. Disponível em <http://www.focac.org/eng/wjjh/t404126.htm>. Acessado em 18/01/2007.

DEPARTMENT OF DEFENSE-UNITED STATES OF AMERICA. **Military Power of the People's Republic of China 2006**. Disponível em: <<http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/China%20Report%202006.pdf>> Acesso em: 27/05/2008.

DYCK, Steffen. **China's commodity hunger: From oil and copper to milk and grain**. Frankfurt: Deutsche Bank Research, February 2008.

DORNELLES JR., Arthur Coelho. O crescimento do orçamento de defesa chinês: características, prioridades e objetivos. **Carta Internacional**, v. 3, nº 1, p. 30-37, Fev/2008.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian, C. Realism. *In*: BAYLIS, John & SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics: an introduction to international relations**. New York: Oxford, 2004. cap. 7

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL
(<http://www.embchina.org.br/por/>)

Folha Online. Vale quer construir siderúrgica com a Baosteel no ES. 23 de Agosto de 2007. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u322617.shtml>>
Acessado em 24/08/2007.

FORD, Neil. China and Africa tie the knot. **African Business**, nº326, December/2006.

FORUM ON CHINA – AFRICA COOPERATION (<http://www.focac.org/eng/>)

GODWIN, Paul H. China as a Major Asian Power: The Implications of its Military Modernization. *In*: SCOBELL, Andrew; WORTZEL, Larry (Eds). **Shaping China's Security Environment: The Role of People's Liberation Army**. Washington, DC: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2006. Cap. 6

GOLDSTEIN, Avery. The Diplomatic Face of China's Grande Strategy: a Rising Power's Emerging Choice. **China Quarterly**, v. 168, p. 835-864, December 2001.

GUTHRIE, Amy; PRESTON, Susan. H. Feeding a dragon. **Latin Finance**. Setembro 2006. p.12-19.

HALE, David. It's time to rethink China. **Latin Finance**, v.160, September, 2004.

_____ ; HALE, Lyric Hughes. China Takes Off. **Foreign Affairs**, v.82, nº6, p. 36-53, Nov/Dec, 2003.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

IANCHOVICHINA, Elena; MARTIN, Will. Economic Impacts of China's Accession to the WTO. *In*: BHATTASALI, Deepak; LI, Shantong; MARTIN, Will (Eds). **China and the WTO: accession, policy reform, and poverty reduction strategies**. Washington, DC: World Bank, 2004.

IKENBERRY, G. John. The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive? **Foreign Affairs** v.87, n°1, p.23-37, Jan/Feb, 2008.

JIEMIAN, Yang. **International System in Transition: China's Forward-looking Strategy and Policy**. Regional Outlook Forum 2008. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 2008.

JOFFE, Ellis. The "Right Size" for China's Military: to what ends? *In*: KAMPHAUSEN, Roy; SCOBELL, Andrew (Eds). **Right Sizing the People's Liberation Army: Exploring the Contour of China's Military**. Washington, DC: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2007. Cap. 12.

KANG, David C. **China Rising: Peace, Power and Order in East Asia**. New York: Columbia University Press, 2007.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 14ª ed.

KINGE, James. **A China sacode o mundo**. São Paulo: Globo, 2007.

KLEINE-AHLBRANDT, Stephanie; SMALL, Andrew. China's New Dictatorship Diplomacy: Is Beijing Parting With Pariahs? **Foreign Affairs**, v.87, n°1, p.38-56, Jan/Feb, 2008.

KORNBERG, Judith F.; FAUST, John. **China in World Politics: Policies, Processes, Prospects**. Boulder: Lynne Rienner Publisher, 2005. 2 ed.

LEÓN-MANRÍQUEZ, José Luis. China-América Latina: una relación económica diferenciada. **Revista Nueva Sociedad**, n.203, mai/jun 2006.

LUNDING, Andreas. **Global champions in waiting**. Frankfurt: Deutsche Bank Research, agosto 2006.

MAHBUBANI, Kishore. Understanding China. **Foreign Affairs**, v.84, nº5, p.49-60, Sep/Oct, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MEARSHEIMER, John J. **The Tregedy of Great Power Politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

_____. China's Unpeaceful Rise. **Current History**, vol. 105, nº 690, p.160-62, april/2006.

MADDISON, Angus. **Chinese Economic Performance in the Long Run**. Second Edition, Revised and Update: 960-230 AD. Paris: OECD, 2007.

MEDEIROS, Evan S. China Debates Its "Peaceful Rise" Strategy. **YaleGlobal**, 22 June 2004. Disponível em: <<http://yaleglobal.yale.edu/display.article?id=4118>> Acessado em 21/04/2008.

_____; FRAVEL, M. Taylor. China's New Diplomacy. **Foreign Affairs**, v.82, nº6, p.22-35, Nov/Dec, 2003.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence. 17/11/2001**. Disponível em <<http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18053.htm>> Acessado em 01/07/2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO BRASIL (<<http://www.mdic.gov.br/>>)

MORGENTHAU, Hans J. **Política entre las Naciones: La lucha por el poder y la paz**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986. 6ª Ed.

MORRISON, Wayne M. **China's Economic Conditions**. Washington DC: Congressional Research Service, 2008.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA
(<http://www.stats.gov.cn/english/index.htm>)

NAUGHTON, Barry. The New Common Economic Program: China's Eleventh Five Year Plan and What It Means. **China Leadership Monitor**, No. 16, 2006.

PANITCHPAKDI, Supachai; CLIFFORD, Mark L. **China and the WTO: Changing China, Changing World Trade**. Singapore: John Wiley & Sons, 2002.

People's Daily Online. China's national defense expenditure still low. March 07, 2008. Disponível em <http://english.people.com.cn/90001/90776/90786/6368543.html#>. Acessado em 19/04/2008.

_____. Report: China CPI to rise 7.2% in 2008. July 10, 2008. Disponível em <http://english.people.com.cn/90001/90776/90884/6473083.html>. Acessado em 13/08/2008.

_____. Hu Jintao's Speech at China – Africa Summit. November 04, 2006. Disponível em http://english.people.com.cn/200611/04/eng20061104_318361.html. Acessado em 18/01/2007.

_____-**Organs**. The Chinese People's Liberation Army. Disponível em <http://english.peopledaily.com.cn/data/organs/pla.shtml> Acessado em 25/05/08.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China – a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 48, n.2, p. 70-85. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

PLANO, Jack C.; OLTON, Roy. **The International Relations Dictionary**. Kalamazzo, Michigan: Holt, Rinehart and Wilston, Inc., 1969.

PRIME, Penelope B. China joins the WTO: how, why, and what now? The overall long-term, effects should be positive, but don't expect too much, too soon. **Business Economics**, v. 32, n° 2, april/2002.

RANA, Kishan. The Structure and Operation of China's Diplomatic System. **China Report**, v.41, n°3, 2005.

RUMBAUGH, Thomas; BLANCHER, Nicolas. International Trade and the challenges of WTO Accession. *In*: PRASAD, Eswar. (Ed.) **China's Growth and Integration into the World Economy: Prospects and Challenges**. Washington DC: International Monetary Fund, 2004.

SAICH, Tony. **Governance and Politics of China**. New York: Palgrave, 2004. 2 ed.

SANTISO, Javier. Of Dragons and Elephants. **Latin Finance**. Set 2006. p.96.

SHAMBAUGH, David. China's Military Modernization: Making Steady and Surprising Progress. *In*: TELLIS, Ashley J.; WILLS, Michael (Eds.). **Strategic Asia 2005-2006: Military Modernizations in an Era of Uncertainty**. Seattle: National Bureau of Asian Research, 2006. p. 66-103.

SERVANT, Jean-Christophe. La Chine à l'assaut du marché africain. **Le Monde Diplomatique**, mai 2005. Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>>. Acessado em 24/08/08.

SITE DA PETROBRÁS (<[http://www.petrobras.com./>](http://www.petrobras.com/))

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE
 (<<http://www.sipri.org/>>)

TAMMEN, Ronald; KUGLER, Jacek. Power Transition and China-US Conflicts. **Chinese Journal of International Politics**, v.1, 2006.

TRINH, Tamara; VOSS, Silja; DYCK, Steffen. **China's commodity hunger**. Frankfurt: Deutsche Bank Research, junho 2006.

VERSI, Anver. Is China Africa's best friend? **African Business**, nº320, May 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O descompasso entre as nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WU JINGLIAN. **Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform**. Mason: Thomson South-Western, 2005.

_____. Does China Need to Change Its Industrializations Path? *In*: GILL, Indermits; HUANG, Yukon; KHARAS, Homi (Eds). **East Asian Visions**. Washington: World Bank, 2006.

XUETONG, Yan. The Rise of China and its Power Status. **Chinese Journal of International Politics**, v. 1, p.5-33, 2006.

ZHAO, Simon Xiabbin; TONG, Christopher S. P.; QIAO, Jiming. China's WTO Accession, State Enterprise Reform, and Spatial Economic Restructuring. **Journal of International Development**, v. 14, 2002.

ZWEIG, David; JIANHAI, Bi. China's Global Hunt for Energy. **Foreign Affairs**, v. 84, n.5, p. 25, sep/oct, 2005.